

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO CALENDÁRIO 2018

OBRA SOCIAL DOM BOSCO
C.N.P.J. 61.882.395/0001-98

Rua Álvaro de Mendonça, 456 – ITAQUERA – SÃO PAULO – SP –
CEP 08215-290 - Telefone: 2205-1100 Fax: 2205-1109

Site: www.domboscoitaquera.org.br

E-mail: diretor@domboscoitaquera.org.br



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

01 – Nome da Instituição: OBRA SOCIAL DOM BOSCO		
02 – Endereço da Instituição: Rua Álvaro de Mendonça, 456		
03 – Bairro: Itaquera	04 – Município São Paulo	05 – UF: SP
06 – CEP: 08215-290	07 – Caixa Postal: 08220-971 - 53001	08 – DDD – Telefone: (11) 2205-1100
09 – FAX OU TELEX: (011) 2205-1109	10 – E-MAIL: diretor@domboscoitaquera.org.br	11 - CNPJ: 61.882.395/0001-98
12 – Data de fundação: 13/12/1937	13 – Registro no Conselho Nacional de Assistência Social: 91.995/51 de 01/12/51	
14 – Número, data e validade da inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social: COMAS – 277/2012 com validade por tempo indeterminado		
15 – Número, data e validade da inscrição no Conselho Estadual de Assistência Social: CONSEAS - 0486/SP/01		
16 – Reconhecimento de Utilidade Pública Federal: Decreto nº 559 de 02 de fevereiro de 1962		
17 – Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual: Lei nº 5.480 de 11 de janeiro de 1960		
18 – Reconhecimento de Utilidade Pública Municipal: Decreto nº 4.720 de 19 de maio de 1960		

COMPOSIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nome do Presidente ou Representante legal da entidade: Rosalvino Morán Viñayo		
Cargo: Diretor Presidente	Profissão: Sacerdote	
CPF: 126.151.138-79	RG: RNE W057618-6	Órgão Expedidor: SE/DPMAF/DPF

Nome do Diretor: Arcangelo Longo		
Cargo: Diretor Tesoureiro	Profissão: Religioso	
CPF: 262.280.258-72	RG: 4.517.185-3	Órgão Expedidor: SSP-SP

Nome do Diretor: Hilário Morán Viñayo		
Cargo: Diretor Secretário	Profissão: Religioso	
CPF: 262.280.098-34	RNE: W093477-V	Órgão Expedidor: SE/DPMAF/DPF

Nome do Diretor: Genésio Dalmonico		
Cargo: Diretor Vice Presidente	Profissão: Religioso	
CPF: 789.066.958-53	RG: 14.398.795	Órgão Expedidor: SSP – SP

Mandato da atual diretoria:

Início: 26/12/2017	Término: 25/12/2020
---------------------------	----------------------------

I) APRESENTAÇÃO

Embora fundada em 1937, com o nome de Instituto Salesiano São Francisco, foi a partir de 1981, com o início de sua ação em Itaquera, periferia da Zona Leste da Capital de São Paulo, que a Obra Social Dom Bosco tornou-se uma referência no Estado de São Paulo na realização de ações socioeducativas. Atualmente, atende aproximadamente 4.500 pessoas diariamente em diversos serviços e programas.

Aprendemos, com o tempo que, a partir de um ideal, fica possível transformar o dia-a-dia de toda uma região. O nosso trabalho pode ser medido em resultados concretos e números, pois foram atendidas mais de 390 mil pessoas, realizados mais de 27 milhões de atendimentos e mais de 55 milhões de refeições servidas em 14 espaços educativos e comunitários, nos bairros de Itaquera e Guaianases, ao longo destes anos.

Porém, a melhor forma de entendermos a importância da tarefa que escolhemos por vocação é quando um jovem retorna e diz que, se não fosse a oportunidade a ele oferecida, não teria conseguido melhorar sua qualidade de vida, bem como de sua família, de forma autônoma e fortalecida.

II) REGISTRO DA ENTIDADE

I - A pessoa jurídica da OBRA SOCIAL DOM BOSCO, fundada pelos Religiosos Professos, Salesianos de Dom Bosco é dotada de personalidade jurídica desde 13 de dezembro de 1937;

II - A OBRA SOCIAL DOM BOSCO foi constituída sob a inspiração dos ensinamentos e do carisma de São João Bosco, conhecido por DOM BOSCO e sob esses ensinamentos e carisma são norteadas todas as suas finalidades e atividades;

III - A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é uma associação civil de direito privado, de natureza confessional, de caráter assistencial e educacional, com atividade preponderante na área de ASSISTÊNCIA SOCIAL, sem fins econômicos e lucrativos, constituída sob a inspiração dos ensinamentos e do carisma de São João Bosco;

IV - A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n°. 559, de 02 de fevereiro de 1962;

V - A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei 5.480, de 11 de janeiro de 1960;

VI- A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto n°. 4.720, de 19 de maio de 1960;

VII- A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pelo Processo n° 91995/1951, deferido em sessão realizada em 03/12/1951 pelo mesmo Processo n° 91995/1951;

VIII - A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é recadastrada pela Resolução CNAS N°027/97, de 04/03/1997, publicada no Diário Oficial da União de 11/03/1997;

IX - A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo tido o deferimento de sua renovação protocolizada sob o n° 71000.061016/2017-93, conforme Portaria n° 83/2018, item 8, de



20/04/2018, publicada no Diário Oficial da União de 26/04/2018, com validade de 01/01/2018 a 31/12/2020.

X - A OBRA SOCIAL DOM BOSCO é inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo (COMAS).

III) CARÁTER DA ENTIDADE

Artigo 1º. OBRA SOCIAL DOM BOSCO anteriormente denominada INSTITUTO SALESIANO SÃO FRANCISCO, é uma associação civil de direito privado, de caráter assistencial, com atividade preponderante na área de ASSISTÊNCIA SOCIAL, sem fins econômicos e lucrativos, constituída com Estatuto Social primitivo registrado no 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – “Cartório Dr. Arruda” da Comarca da Capital do Estado de São Paulo no Livro “A-Nº 7” de Pessoas Jurídicas sob o nº. 1.377 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda sob o nº 61.882.395/0001-98.

IV) OBJETIVOS ESTATUTÁRIOS

Artigo 8º. A **OBRA SOCIAL** tem por finalidade a ASSISTÊNCIA SOCIAL, como sua atividade preponderante, por meio da garantia, defesa de direitos da criança e do adolescente, no atendimento e assessoramento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, além de operar na concessão de benefícios, em sintonia com as normas que regem a Política Nacional de Assistência Social e em observância à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei de Apoio à Cultura, e Lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006 – Lei de fomento às atividades de caráter desportivo e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Artigo 9º. Para atendimento às suas finalidades, a **OBRA SOCIAL** envida esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades, para:

I – promover, oferecer e desenvolver a assistência social através da educação para o exercício da cidadania por meio da defesa dos direitos e formação da criança, do adolescente e do jovem;

II – oferecer e desenvolver a assistência social por meio da educação infantil em atividade de creche para crianças em situação de risco e vulnerabilidade social;

III - oferecer e desenvolver ensino técnico profissional e profissionalizante como instrumento de inclusão no mundo do trabalho;

IV – promover atividades de promoção social através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, inclusive com cursos, encontros, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências;

V – promover ações de Proteção Social, Básica e Especial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

VI – desenvolver atividades de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

VII – desenvolver atividades de assessoramento de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços, execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações dos usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigido ao público de assistência social;



VIII – desenvolver atividades de garantia e defesa de direitos de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação de órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da Assistência Social;

IX – amparar e assistir as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social por meio da assistência social, da educação, do esporte e lazer e da cultura.

X – desenvolver atividades para a implementação de projetos que propiciem a aprendizagem e a formação técnico profissional metódica de jovens, baseado na Lei do Aprendiz, formação esta que deverá ocorrer dentro dos princípios da proteção integral do adolescente, garantidos pela legislação brasileira, dando preferência para a região da Subprefeitura de Itaquera, zona leste do Município de São Paulo.

§ 1º - O atendimento às suas finalidades institucionais se dá através de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de Assistência Social, Educação, Esporte, Cultura e Lazer e outros definidos pela Diretoria.

§ 2º - A **OBRA SOCIAL** presta também serviços gratuitos permanentes, continuados e planejados de forma universal e sem qualquer discriminação de clientela.

§ 3º - Os critérios de atendimento às suas finalidades institucionais podem ser disciplinados em Diretório, Regimento, Regulamento ou ainda, por Normas Internas.

V) PLANO ESTRATÉGICO

Apresentamos os principais pontos do Plano Estratégico da Obra Social Dom Bosco, formulado em 2005 e que continuou em execução até 2018. Ao longo destes anos, foi revisado e avaliado por toda comunidade educativa, de forma participativa e democrática.

I. VISÃO

Manter a solidez, credibilidade e respeito, expandindo sua ação socioeducativa e pastoral do trabalho juvenil e familiar, para outras regiões mais carentes, com planejamento estratégico prévio e análise do redimensionamento.

II. MISSÃO

Contribuir com a construção de uma sociedade justa, humana e igualitária, por meio de atividades socioeducativas que visem à melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania das famílias em situação de vulnerabilidade, exclusão ou risco social e pessoal.

III. VOCAÇÃO

A Obra Social Dom Bosco está vocacionada para realizar atividades socioeducativas que envolvam a mobilização de comunidades, a articulação com o poder público, ações voltadas para a juventude e pessoas em situação de vulnerabilidade, exclusão ou risco social e pessoal na medida em que dispõe de um sólido modelo de educação (o Sistema Preventivo, proposta pedagógica de Dom Bosco, baseada na presença contínua e no trinômio razão-religião-amor) e de uma rede (Rede Salesiana de Ação Social) com infraestrutura própria e equipes treinadas para o trabalho social.

IV. PRINCÍPIOS E VALORES

- Trabalhar pelo bem comum, para a vida e pela dignidade humana;
- Atuar tendo como instrumentos a fraternidade e a solidariedade;

- Colocar a ética na orientação de todas as suas atividades e relações com beneficiários, apoiadores e parceiros;
- Valorizar o trabalho de todos aqueles que se empenham para atender pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Utilizar a educação como sistema de prevenção para crianças e jovens;
- Respeitar a diversidade de ideias, crenças e pessoas;
- Concentrar sua atuação no trinômio razão- religião - afetividade.

V. DESAFIOS

- SUSTENTABILIDADE
- COMUNICAÇÃO
- TRABALHO EFETIVO COM A FAMÍLIA
- COMPROMETIMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS EDUCADORES
- VOLUNTARIADO
- ARTICULAÇÃO REGIONAL
- AVALIAÇÃO

A família é o foco de todo este plano, sendo considerada “sujeito” e não mera beneficiária do trabalho socioeducativo, muito menos “problema”. Dessa forma, ela passa a ser o eixo articulador de todos os serviços e programas existentes, sendo a principal preocupação e fonte inspiradora da ação social.

A Obra Social Dom Bosco desenvolve serviços e programas específicos de assistência social, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, regulamentada pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, com tipificação apresentada na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, bem como Resolução 33.

De acordo com as diretrizes e procedimentos previstos pela NOB/SUAS, as ações desenvolvidas pela entidade qualificam-se como serviços e programas assistenciais planejados e gratuitos, de caráter permanente e contínuo.

Os serviços realizados estão enquadrados tanto na Proteção Social Básica, quanto na Proteção Social Especial. Todos são conveniados com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, atendendo prioritariamente a demanda dos CRAS e CREAS de suas áreas de abrangência, de forma gratuita, contínua e planejada, conforme preconizado pelo SUAS.

Os programas também mantêm interface com a Assistência Social, complementando e ampliando as ações desenvolvidas; contam no seu financiamento, com diversos parceiros e recursos próprios advindos de doações e promoções, conforme apontado no Balanço.

Sabendo do desenvolvimento por que passa a cidade de São Paulo, particularmente, a Zona Leste, onde a Obra Social Dom Bosco se situa, desenvolvimento este em que tivemos papel fundamental na participação e articulação, a nossa visão é pautada na apropriação desse desenvolvimento por parte das famílias atendidas, de forma a não serem expulsas pelo mesmo.

Dessa forma, há um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautado nos princípios de Dom Bosco que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerente à pessoa humana, na proteção integral, assegurando-se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

- Esse trabalho representa o respeito às relações humanitárias, acredita na promoção da criança, do adolescente, do jovem, do adulto, do idoso e da família como um todo. Visa à formação social e o desenvolvimento das aptidões culturais, profissionais, artísticas e esportivas. Além de estar em plena sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente os seguintes:
 - ✓ **Objetivo 3.** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
 - ✓ **Objetivo 4.** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
 - ✓ **Objetivo 5.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
 - ✓ **Objetivo 8.** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
 - ✓ **Objetivo 10.** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
 - ✓ **Objetivo 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



É importante reforçar que o sucesso da atuação tem sido conquistado com a credibilidade de muitos parceiros que têm investido no trabalho realizado. Assim sendo, os objetivos propostos são plenamente alcançados, por meio do envolvimento e compromisso de todos os colaboradores, norteando ações para atingir as metas dos vários serviços e programas.

VI) INFRAESTRUTURA

A Obra Social Dom Bosco é composta de 14 espaços devidamente equipados, seguros e acessíveis para o desenvolvimento das ações previstas em cada serviço ou programa. Toda esta infraestrutura, composta por mobiliários e equipamentos adequados, é disponibilizada para o atendimento de usuários da assistência social.

São seis casas de acolhimento, sete centros de convivência e fortalecimento de vínculos (um para idosos; quatro para crianças e adolescentes; um para crianças, adolescentes, jovens e adultos; um para jovens e adultos), um espaço para o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; além de dois espaços para complementação do atendimento nos programas.

VII) SERVIÇOS E PROGRAMAS

Serviços:

➤ Proteção Social Especial:

- Alta Complexidade - Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes
- Média Complexidade – Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (L.A. e P.S.C.)

➤ Proteção Social Básica:

- Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Modalidades: CCA (Centro para Crianças e Adolescentes, Circo Social, NCI (Núcleo de Convivência de Idosos) e CEDESP (Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo)

Programas:

➤ Atenção Integral à Família

- Acompanhamento de Benefícios de Transferência de Renda
- Encontros e Eventos
- Grupos de Apoio e Orientação Familiar

➤ Capacitação Continuada dos Colaboradores

➤ Educação Socioambiental

➤ Educação Sociocomunitária

- Inclusão Digital
- Cursos de Varejo, Costura e Sistemas Administrativos

➤ Gestão de Talentos

- Encaminhamento para o Mercado de Trabalho (Estágio, CLT e Aprendiz)
- Preparação para o empreendedorismo e exercício do Voluntariado
- Projeto Aprendizizes de Dom Bosco
- Voluntariado

➤ Saúde Sociocomunitária

- Atendimento Odontológico
- Casa do Adolescente
- Encaminhamento Médico e Ambulatorial
- Encaminhamento para tratamento de dependência química
- Farmácia Comunitária

➤ Sociocultural

- Escola de Samba
- Atividades de Férias e Finais de Semana
- Curso de Música

VIII) IDENTIFICAÇÃO DE CADA SERVIÇO E PROGRAMA SEGREGADO POR CNPJ

- Em atendimento à legislação fiscal e tributária, a Obra Social efetuou a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, de cada um de seus estabelecimentos onde há atividade econômica.
- A Obra Social Dom Bosco executa seus programas e projetos em unidades filiais (endereços) distintas.
- O movimento contábil das filiais foi sendo agregado progressivamente na medida em que os Termos de Colaboração foram celebrados e/ou aditados com o novo CNPJ.
- Os controles administrativos e contábeis são realizados de forma centralizada, na Matriz, conforme faculta a legislação do Imposto Renda e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

8.1 – CNPJ MATRIZ: 61.882.395/0001-98

8.1.1 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS (NCI)

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

O Núcleo de Convivência para Idosos caracteriza-se como espaço de convivência e fortalecimento de vínculos, para pessoas acima de 60 anos.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente, a partir do desenvolvimento das atividades de convivência; oficinas culturais; exercícios físicos; roda de conversa; turismo; formação humana, educacional e social; terapia ocupacional atendimentos especializados.

▪ **Objetivo Geral:**

Contribuir para o processo de envelhecimento saudável, desenvolvendo a autonomia, a sociabilidade, o fortalecimento de vínculos, sociais e familiares, prevenindo situações de vulnerabilidades e risco social.

▪ **Resultados:**

- Idosos inseridos e participando de atividades que promovam a autonomia, cidadania, construção de novos projetos de vida e oportunidade de intercambiar experiências e conhecimentos;
- Idosos participando efetivamente de atividades de promoção da saúde, lazer, cultura e educação que favoreçam o envelhecimento saudável;
- Idosos com vínculos sociais, familiares e comunitários mais fortalecidos.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, por período de 4 horas diárias, sendo das 7h30 às 11h30, totalizando 05 encontros semanais.

O funcionamento foi de 11 meses, com férias coletivas de um mês. Ao longo do ano, houve atividades/eventos nos finais de semana, visando garantir a participação e aproximação da família.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

Idosos, com idade superior a sessenta anos, em situação de vulnerabilidade social.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018, foram atendidos 192 idosos; sendo realizados 32.946 atendimentos e servidas 64.878 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência



Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerente de Serviço	01	20 horas semanais	CLT
Técnico de Serviço	01	20 horas semanais	CLT
Assistente Social	01	20 horas semanais	CLT
Agentes Operacionais	02	20 horas semanais	CLT

Contamos ainda com 07 Voluntários (4 horas semanais, em média).

Este serviço conta com oficinairos para desenvolvimento de oficinas com os adolescentes, contratados por no máximo três meses cada um. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

**Região de execução do
Itaquera**



objeto da parceria:



Prefeitura Regional ¹	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
	Itaquera	14,60	204.871	14.032
Cidade Líder	10,20	126.597	12.411	
José Bonifácio	14,10	124.122	8.803	
Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432	
TOTAL	54,30	523.848	9.647	

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade².

IDH's do ano [2012](#)

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

² <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:³

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁴ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

³ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁴ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento é contínuo com os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, pesquisas semestrais junto aos educandos por meio de entrevistas, questionários e/ou conversas individuais; acompanhamento frequente da participação dos usuários nas atividades; verificação por meio de observação no desenvolvimento e rendimento dos mesmos; registro de atendimento.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorrem reuniões com os usuários e suas famílias, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Núcleo de Convivência de Idosos, para atendimento de 130 idosos (90 no núcleo e 40 em visitas domiciliares) – Termo de Convênio nº 474/SMADS/2013 – Processo nº 2013.0.144.287-5 (vigência até 31/07/2018); Termo de Colaboração nº 389/SMADS/2018 – Processo nº 6024.218/0001218-4 (vigência: de 01/08/2018 até 31/07/2023).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.



8.1.2 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PRODUTIVO (CEDESP)

▪ **Descrição da Atividade realizada:**

Considerando o disposto na **Constituição Federal** do Brasil em seu, Inciso III do artigo 203; inciso III do artigo 15º; a Lei 8.069/90 - **Estatuto da Criança e do Adolescente**, artigos 4.º, 68.º e 69.º, bem como, artigos 25.º e 26.º da **Lei Orgânica de Assistência Social**; art. 2º em seu inciso III da **Lei Orgânica do Município de São Paulo**, que trata da promoção e integração ao mercado de trabalho, a especificidade do serviço de qualificação e preparação para o mundo do trabalho.

Considerando a competência dos municípios nos projetos de enfrentamento da pobreza, previsto no PNAS como projetos de "Geração de Trabalho e Renda" e "Centro de Informação e Educação para o Trabalho, voltado para jovens e adultos"; que os serviços de Proteção Básica de Assistência social são aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade; e todos os aspectos supracitados e sendo de suma importância a criação, execução e acesso aos serviços que oportunizem o desenvolvimento social-humano, **de forma a garantir a segurança de sobrevivência**, de convivência e de acolhida; **socialização e desenvolvimento das capacidades para maior autonomia e protagonismo juvenil e das famílias**.

Considerando que todas as legislações pertinentes à assistência social tratam da necessidade de **desenvolvimento da autonomia**, com existência de serviços para esta finalidade e que a inexistência dos mesmos não possibilita o pleno cumprimento do que é preconizado legalmente, com vistas à possibilidade de **independência do usuário dos Programas de Transferência de Renda**, ocasionada pela **saída da linha da pobreza** em consequência da sua (re) **inserção produtiva**.

Considerando que **este serviço integra a Rede socioassistencial** da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo desde 1974, já **normatizado e aprovado, de forma ampla e democrática, pelo gestor e fiscalizador de Assistência Social na cidade** (SMADS-Secretaria Municipal de Assistência Desenvolvimento Social e COMAS- Conselho Municipal de Assistência Social).

A contribuição para a gestão plena do SUAS, por sua interlocução com a Rede Socioassistencial, em cumprimento ao disposto na tipificação nacional: “contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias; possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competência; promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção; entre outros”.

De acordo com a Nota Técnica 02/2017/DRSP/SNAS/MDS, emitida em 23 de janeiro de 2017, “A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos da assistência social, nos termos do art. 203 da Constituição Federal. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei

Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que, dentre os objetivos da assistência social está a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, incluindo a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Considerando este arcabouço normativo, o CNAS regulamentou a matéria no campo da assistência social, por meio da Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, no item VIII que trata da “Articulação dos benefícios e serviços socioassistenciais na promoção da integração ao mundo do trabalho”.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Modalidade CEDESP atende pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social de 15 a 59 anos. É um espaço de referência para o desenvolvimento de ações socioeducativas para jovens e adultos. Visa ofertar proteção social para usuários em situação de vulnerabilidade e risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social, oportunizando o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.

▪ ***Metodologia específica utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

O percurso formativo foi organizado por semestre, em três módulos. São eles: Módulo I - Convívio (cidadania, esportes, artes e alimentação), com oferta mínima de 120 horas para o período diurno e 80 horas para o período noturno, Módulo II - Mundo do Trabalho (orientação para o trabalho, matemática, inclusão digital, comunicação e expressão) e Módulo III: Formação Inicial e Continuada – FIC (atividades específicas de cada curso) que juntos perfazem um total de 440 horas para o período diurno e 330 horas para o período noturno.

A seguir, apresentaremos a descrição dos Módulos I: Convívio, Módulo II: Mundo do Trabalho e Módulo III: Formação Inicial e Continuada.

Módulo I: Convívio

Neste módulo ocorre a valorização da singularidade e da pluralidade dos usuários, suas necessidades, seus desejos e modos de ser, frente a sua condição socioeconômica e cultural, bem como suas formas particulares de interagir com os pares; a família e o meio social tornam as formas de sociabilidade dos usuários, prioridade para o desenvolvimento de ações socioeducativas.

Nas relações interpessoais os usuários desenvolvem a capacidade de ouvir o outro, de expressar, de exercitar a flexibilidade e a tolerância diante das diferenças, bem como de mediar conflitos, negociar e identificar interesses comuns, construir consensos, criar, projetar e assumir compromissos e atitudes fundamentais para a construção de um processo socioeducativo, que prioriza a construção de vínculos e o trabalho coletivo.

Conforme nos indica o Caderno “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” MDS/2013, estas situações podem ser nominadas como de convivência e devem ser oportunidades criadas e preparadas, onde a experiência é o foco de análise e entendimento. Desta forma, o convívio se dá por meio de encontros, de conversações e de fazeres, caracterizado por:

- Escuta;
- Exercício de escolhas;
- Tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo;
- Experiência de diálogo na resolução de conflitos e divergências;
- Reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas;
- Experiência de escolher e decidir coletivamente;
- Experiência de aprender e ensinar horizontalmente;
- Experiência de reconhecer e nominar suas emoções nas situações vividas;
- Experiência de reconhecer e respeitar a diferença.

Desta forma podemos entender que o conceito do fortalecimento de vínculos se configura como resultado do trabalho social, que gera vínculos fortalecidos, capazes de intervir nas situações de vulnerabilidades relacionais produzindo proteção socioassistencial.

A formação para a cidadania possibilita a sensibilização e o desenvolvimento de percepção dos usuários sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos, especialmente, sobre a condição juvenil; a apropriação dos direitos de cidadania e o reconhecimento de seus deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público.

O registro e a sistematização individual das vivências e aquisições de conhecimentos para a construção de um projeto orientador da trajetória de vida e profissional do usuário devem ser organizados na construção e elaboração do **Projeto de Vida – PV**. Esta elaboração é essencial para auxiliar nos ganhos de desenvolvimento do usuário atendido, e, ao final de seu acolhimento no serviço este deverá ter como resultado as seguintes aquisições:

- Conhecimento e informação sobre seus direitos civis, políticos e socioassistenciais;
- Conhecimento da realidade social, cultural, ambiental, política e do trabalho no território em que vivem;
- Promoção da saúde por meio de conhecimentos e informações sobre saúde sexual, DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e uso de drogas, desenvolvendo práticas de autocuidado e do cuidado com o outro;
- Acesso ao esporte, lazer e cultura;
- Convivência grupal, valorizando diversidade de opiniões e resolução negociada de conflitos;
- Responsabilidade em relação ao grupo familiar e à comunidade;
- Conhecimento das instâncias de denúncia e recursos em casos de violação de direitos;
- Autonomia e participação na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- Contribuição para a redução dos índices de violência entre os jovens; uso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, junto às outras políticas públicas.

Estão inseridas neste módulo, a acolhida e a oferta de alimentação balanceada, como momentos de convivência e de promoção da saúde.

Módulo II: Mundo do Trabalho

Neste módulo, a formação para o mundo do trabalho deve ser entendida como um processo vital e educativo para o usuário. O trabalho é um dos elementos que possibilitam a estrutura da identidade, uma vez que cria espaços de pertencimento social, é ainda organizador de práticas sociais específicas de caráter histórico e cultural, por meio das quais se constroem as condições de existência em sociedade.

Nesta perspectiva, o trabalho socioeducativo a ser realizado com os usuários deverá identificar o trabalho, suas concepções e suas relações, destacando sua importância na construção da história da sociedade, compreendendo: Trabalho e Ocupação; Etapas e Processos do trabalho; Empreendedorismo e Cooperativismo; Organização do trabalho e da produção. São trabalhadas também as competências necessárias às atividades de comunicação, raciocínio lógico e matemático, segurança e inclusão digital.

Assim, neste módulo, é possível, ao seu término, que o usuário adquira:

- aprendizado de técnicas de gestão e tomada de decisão;
- raciocínio lógico e capacidade de abstração;
- capacidade de redigir e compreender textos;
- maior iniciativa, sociabilidade e liderança;
- maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação;
- princípios de ética profissional;
- desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade argumentativa;
- reconhecimento de interesses e aptidões de formação profissional;
- inclusão tecnológica.

A concepção metodológica que apoia o desenvolvimento deste módulo está disposta no Traçado Metodológico do Projovem Adolescente, material produzido pelo MDS. A metodologia contida neste material visa o desenvolvimento integral dos usuários; abrange e articula as diversas dimensões de sua vida como indivíduo, como futuro profissional e como cidadão, e, também, visa promover a vivência de práticas socioeducativas que proporcionem a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao desenvolvimento de projetos de vida, individuais e coletivos, que sejam transformadores e comprometidos com o bem comum.

Módulo III: Formação Inicial e Continuada – FIC

Neste módulo é ofertado o curso de Formação inicial e Continuada – FIC, cuja centralidade é a realização de atividades e vivências que possibilitem a construção de habilidades, conhecimentos e atitudes necessários à inclusão dos usuários no mundo do trabalho, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. Este curso é caracterizado como Curso Livre e conforme a **LEI 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, o **DECRETO nº 5.154 de 23 de julho de 2004** e a **Deliberação CEE 14/97** (Indicação CEE 14/97 - SP).

Os cursos chamados **livres** permanecem dispensados de autorização do MEC e dos Conselhos Estaduais de Educação tanto para o funcionamento como para a certificação e, também, para a aprovação do conteúdo. A **Lei 5.154/04**, que regulamenta os artigos 36, 39, 40 e 41 da **lei 9.394/96 – LDB**, cita em seu **artigo 3º** :

"Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social."

"§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos."

A fim de se estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos e organização dos itinerários formativos dos cursos FIC desenvolvidos no CEDESP, é adotado o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, estabelecido pela Portaria nº 899 de 20 de setembro/2013 do MEC, disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/fic/> e, também, no site da SMADS na página da Proteção Básica. A escolaridade mínima exigida no referido curso, não é restritiva para a participação do usuário, podendo ser substituída por uma averiguação dos conhecimentos mínimos exigidos e, quando o curso FIC tiver carga horária acima de 280 horas para o período diurno e 220 horas, para o período noturno, o mesmo pode ser realizado ao longo de dois semestres.

Cada Eixo Tecnológico compreende uma gama de cursos que poderão ser escolhidos pelo CEDESP dentre as opções disponíveis no Guia Pronatec de Cursos FIC levando em consideração o interesse dos usuários, a sua infraestrutura física e a oferta de profissionais à disposição.

No referido Guia os cursos estão organizados segundo os eixos tecnológicos ao qual pertencem conforme o que segue:

1. Ambiente e Saúde

Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais. São características comuns deste eixo: a ética, a biossegurança, os processos de trabalho em saúde, os primeiros socorros, as políticas públicas ambientais e de saúde, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade que caracterizam a organização curricular destes cursos.

2. Controle e Processos Industriais

Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços. A proposição, implantação, intervenção direta ou indireta em processos, além do controle e avaliação das múltiplas variáveis encontradas no segmento produtivo, identificam este eixo. Traços marcantes deste eixo são: a abordagem sistemática da gestão da qualidade e produtividade, das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico-econômica, além de permanente atualização e investigação tecnológica.

3. Desenvolvimento Educacional e Social

Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições. Tradicionalmente, são funções que apoiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa intra e extraescolar. Os serviços de desenvolvimento educacional são realizados em espaços como: secretaria escolar, bibliotecas, manutenção de infraestrutura, cantinas, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas, brinquedotecas e outros espaços requeridos pela educação formal e não formal. Os serviços de desenvolvimento social vão além do espaço escolar e buscam a integração do indivíduo na sociedade, bem como melhoria de sua qualidade de vida. A organização curricular destes cursos contempla estudos de ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

4. Gestão e Negócios

Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação. Este eixo caracteriza-se pelas tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética. Destacam-se, na organização curricular destes cursos, estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

5. Informação e Comunicação

Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações. Especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação e, sobremaneira, a necessidade de constante atualização tecnológica constituem, de forma comum, as características deste eixo. O desenvolvimento de sistemas informatizados, desde a especificação de requisitos até os testes de implantação, bem como as tecnologias de comutação, transmissão, recepção de dados, podem constituir-se em especificidades deste eixo. Ressalte-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, raciocínio lógico, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, formando profissionais que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

6. Infraestrutura

Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infraestrutura. Abrangem obras civis, topografia, transporte de pessoas e bens, mobilizando, de forma articulada, saberes e tecnologias relacionadas ao controle de trânsito e tráfego, ensaios laboratoriais, cálculo e leitura de diagramas e mapas, normas técnicas e legislação. Características comuns deste eixo são: a abordagem sistemática da gestão da qualidade, ética, segurança,



viabilidade técnico-econômica e sustentabilidade. Saliente-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, raciocínio lógico, formando técnicos que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

7. Produção Alimentícia

Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrangem ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos, presentes nessa elaboração ou industrialização. Inclui atividades de aquisição e otimização de máquinas e implementos, análise sensorial, controle de insumos e produtos, controle fitossanitário, distribuição e comercialização, relacionadas ao desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas e produtos de origem vegetal e animal. É essencial à organização curricular destes cursos: a ética, o desenvolvimento sustentável, o cooperativismo, a consciência ambiental, o empreendedorismo, as normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

8. Produção Cultural e Design

Compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas. Abrangem atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais. Tais atividades exigem criatividade e inovação com critérios socioéticos, culturais e ambientais, otimizando os aspectos estético, formal, semântico e funcional, adequando-os aos conceitos de expressão, informação e comunicação, em sintonia com o mercado e as necessidades do usuário. Na organização curricular dos cursos deste eixo: a ética, o raciocínio lógico, o raciocínio estético, o empreendedorismo, as normas técnicas e educação ambiental são componentes fundamentais para a formação de técnicos que atuam em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

9. Produção Industrial

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contemplam programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas. É característica deste eixo a associação de competências da produção industrial relacionadas ao objeto da produção, na perspectiva de qualidade, produtividade, ética, meio ambiente e viabilidade técnico-econômica, além do permanente aprimoramento tecnológico. Ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, empreendedorismo, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, caracterizam a organização curricular destes cursos.

10. Recursos Naturais

Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e

produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social. Integra a organização curricular destes cursos: a ética, o desenvolvimento sustentável, o cooperativismo, a consciência ambiental, o empreendedorismo, as normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

11. Segurança

Compreendem tecnologias, infraestruturas e processos direcionados à prevenção, à preservação e à proteção dos seres vivos, dos recursos ambientais, naturais e do patrimônio que contribuam para a construção de uma cultura de paz, de cidadania e de direitos humanos nos termos da legislação vigente. O eixo vincula-se com as áreas de formação de profissionais de segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. Envolve a atuação em espaços públicos e privados. A organização curricular dos cursos propiciará a construção de perfil do egresso fundamentado em competências éticas, legais e técnicas contemplando, ainda, raciocínio lógico, inteligência social, capacidade de diálogo, tolerância e atuação em equipes multi e interdisciplinares. Abrange, transversalmente, a Legislação Nacional e Internacional no que se refere aos direitos humanos e cidadania, primando pela dignidade da pessoa. A atuação nas carreiras públicas fica condicionada ao atendimento das normas específicas, notadamente, do concurso público.

12. Turismo, Hospitalidade e Lazer

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer. As atividades compreendidas neste eixo referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, todas integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, marketing e coordenação de equipes são elementos comuns deste eixo. São traços marcantes da organização curricular destes cursos: ética, educação ambiental, as normas técnicas e de segurança, a historicidade, o empreendedorismo, a redação técnica, além da capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade. Os materiais pedagógicos e acessórios necessários ao desenvolvimento dos módulos são diversos e específicos para cada módulo, contemplando também os materiais necessários à realização de feiras, eventos, exposições, projetos de conclusão de curso, atividades externas, dentre outros. Ressaltamos ainda que dada a relevância de equipamentos e instrumentais específicos ao desenvolvimento dos cursos, os custos de manutenção dos mesmos poderão ser indicados no elemento de despesa material pedagógico.

Objetivos e Conteúdos do Módulo III – FIC, cursos e eixos, separados pelos convênios (CEDESP 1 a 7):

CEDESP 01 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo

Curso: Mecânico de Automóveis Leves I e II – Eixo: Produção Industrial

Objetivo Específico: Formar profissional apto a realizar a manutenção de automóveis, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.



Conteúdos:

- Manutenção em sistemas de suspensão;
- Manutenção em sistemas de freios;
- Manutenção em direção;
- Manutenção em sistemas de motor/transmissão e
- Manutenção em sistemas de injeção eletrônica.

Curso: Operador de Computador – Eixo: Informação e Comunicação

Objetivo Específico: Formar profissional apto a instalar, configurar e operar sistemas operacionais cliente, aplicativos de escritório e periféricos; organizar entrada e saída de dados em sistemas de informação, conforme procedimentos técnicos de qualidade e atento às normas e políticas de segurança da informação e de respeito à propriedade intelectual.

Conteúdos:

- Conhecimento do Sistema Operacional;
- Conhecimento de aplicativos de escritório;
- Instalação de periféricos;
- Instalação de softwares e
- Noções de hardware e internet.

Curso: Montador e Reparador de Computadores – Eixo: Informação e Comunicação

Objetivo Específico: Formar profissional apto a realizar manutenção em computadores; montar, instalar e configurar dispositivos de hardware; instalar e configurar sistemas operacionais e software aplicativos; montar, instalar e reparar microcomputadores, identificando e instalando sistemas operacionais, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdos:

- Funcionamento de cada peça do computador;
- Montagem do computador;
- Instalação de programas;
- Configuração do computador e
- Identificação e correção de defeitos.

CEDESP 02 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo

Curso: Costureiro Industrial do Vestuário – Eixo: Produção Industrial

Objetivo Específico: Formar profissional apto a operar máquinas de costura industrial, costurando peças de vestuário sob tabela de medidas, trabalhando sob a supervisão técnica, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

- Montagem de peças de vestuário;
- Tipos de acabamentos;
- Aplicação de aviamentos (zíper comum e invisível, botões, viés e outros);
- Utilização de diferentes calcadores e aparelhos, para diferentes tipos de máquinas de costura e
- Costura de acessórios, cama, mesa e banho.

Curso: Modelista – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional apto a modelar peças do vestuário, considerando a estrutura, caimento e sentido do fio dos tecidos e as instruções especificadas na ficha técnica para elaboração de moldes.

Conteúdo:

- Medição do corpo;
- Modelagem de peças do vestuário;
- Interpretação de modelos;
- Ampliação e redução de diversos tamanhos e
- Adaptações de modelos.

Curso: Figurinista – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional apto a criar figurinos, interpretando-os, desenvolver pesquisa, criar croquis, reelaborar figurinos já existentes, auxiliar na coordenação da equipe de produção, providenciar a organização do guarda-roupa.

Conteúdo:

- Desenho de moda e técnico;
- Criação de figurino;
- Tecnologia têxtil;
- Modelagem do vestuário computadorizado e
- História da moda

Curso: Alfaiate – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional capaz de modelar, cortar e montar peças de vestuário, de acordo com procedimentos técnicos, normas ambientais e de saúde e segurança no trabalho.

Conteúdo:

- Princípios básicos da modelagem;
- Modelagem e montagem de saias;
- Modelagem e montagem de camisa social;
- Modelagem e montagem de calça e
- Modelagem e montagem de blazer

Curso: Operador de Injetores para Termoplásticos – Eixo: Controle e Processo Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a operar máquinas injetoras de termoplásticos nas indústrias onde houver este processo, identificando as principais unidades da máquina, verificando o processo de produção e as condições do produto, manipulando materiais de transformação, fazendo a reposição das matérias primas, seguindo procedimentos de trabalho e normas de saúde, segurança e meio ambiente.

Conteúdo:

- Segurança de máquinas injetoras;
- Conhecimento de diversos tipos de plástico;
- Regulagem de máquinas injetoras;
- Troca de Molde e
- Causa e solução de problemas nas peças injetadas.

Curso: Operador e Programador de Sistemas Automatizados

Objetivos Específico: Formar profissional apto a gerenciar, projetar e integrar sistemas industriais e supervisionados por dispositivos microcontroladores, sensores e atuadores; operar equipamentos de alta tecnologia; testar o funcionamento dos sistemas integrados de processos produtivos identificando defeitos e propondo soluções; efetuar programação de sistemas produtivos; programar controle de automação de sistemas e realizar manutenção de sistemas de automação de acordo com normas, padrões, especificações técnicas, ambientais e de segurança.

Conteúdo:

- Automação e Controle;
- Microcontroladores;
- Controlador Lógico Programável;
- Redes Industriais e Sistemas Supervisórios;
- Robótica e Manufatura Flexível;
- Mecanismos Mecatrônicos;
- Tecnologia da Manufatura.

CEDESP 03 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo.

Curso: Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão – Eixo: Infraestrutura

Objetivo Específico: Formar profissional apto a realizar instalação e manutenção elétrica predial de baixa tensão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdo:

- Realização de instalações residenciais e prediais;
- Manutenção em instalações de baixa tensão;
- Noções básicas em NR10 (segurança, higiene e saúde na área de eletricidade);
- Normas técnicas em instalações ABNT 5410 e
- Projetos e leitura de instalações de baixa tensão.

Curso: Operador em Linha de Montagem de Equipamentos Eletroeletrônicos – Eixo: Controle e Processo Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a montar, testar e inspecionar equipamentos eletroeletrônicos; instalar painel de comando de rampa, de esteira rolante e de elevadores; preencher relatórios e fichas dos equipamentos; organizar e manter o local de trabalho em condições de uso; abastecer o posto de trabalho com peças e materiais.

Conteúdo:

- Manutenção e fechamento de motores elétricos,,
- Dimensionamento e montagem de painéis com comandos elétricos;
- Conhecimentos em normas regulamentadoras (NRs) e normas técnicas (NBRs) ;
- Preenchimento de relatórios e testes elétricos e
- Elaboração e leitura de diagramas elétricos.

Curso: Montador de Equipamentos Eletroeletrônicos – Eixo: Controle e Processo Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a montar, testar e inspecionar placas, aparelhos e, ou equipamentos eletroeletrônicos; preencher relatórios e fichas dos equipamentos; organizar e manter o local de trabalho em condições de uso; abastecer o posto de trabalho de componentes, peças e materiais.

Conteúdo:

- Grandezas elétricas;
- Circuitos retificadores;
- Transformação de corrente alternada e contínua;
- Circuitos integrados digitais e

- Formas lógicas

Curso: Eletricista Industrial – Eixo: Controle e Processo Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a executar trabalhos de montagem e manutenção de instalações elétricas em baixa tensão, e de sistemas elétricos de máquinas e equipamentos, interpretando esquemas e diagramas, realizando levantamento de cargas, montagem de quadro de distribuição e de comando, instalação de dispositivos, componentes e materiais, e programando controladores lógicos, de acordo com normas técnicas, ambientais, de qualidade e de segurança e saúde no trabalho.

Conteúdo:

- Reparação de máquinas;
- Painel de comandos;
- CLP Linguagem laddar e básico de bloco lógico;
- Painel de distribuição;
- Instalação de dispositivos elétricos.

CEDESP 04 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo.

Curso: Auxiliar Administrativo – Eixo: Gestão e Negócios

Objetivo Específico: Formar profissional para atuar nos processos administrativos de empresas urbanas e rurais, executando atividades de apoio nas áreas de recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação.

Conteúdo:

- Introdução, história e evolução da administração;
- Marketing pessoal e empresarial e relações humanas;
- Formatação de documentos comerciais no Word;
- Contabilidade básica com utilização do Excel e
- Noções de arquivo, logística e almoxarifado.

Curso: Programador de Sistemas – Eixo: Informação e Comunicação

Objetivo Específico: Formar profissional apto a desenvolver e realizar manutenção de sistemas, codificando programas e modelando banco de dados, segundo procedimentos técnicos de qualidade e atento às normas e políticas de segurança da informação e de respeito à propriedade intelectual. Faz consultas, segundo as especificações do projeto e documenta todas as etapas do processo.

Conteúdo:

- Introdução à Lógica de Programação;
- Introdução ao Visual Basic 2013 Express;
- Dados e Estruturas de Controle;
- Conceitos de abstração, procedimentos, funções, criação de métodos, passagem de argumentos e
- Estruturas de Dados e Bases de Dados: conceitos gerais.

Curso: Organizador de Eventos – Eixo: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Objetivo Específico Formar profissional apto a planejar, organizar, executar e avaliar eventos sociais tais como casamentos, aniversários, bodas, dentre outros, respeitando medidas de segurança e atuando com responsabilidade socioambiental.

Conteúdo:

- Etapas de um evento pré-evento;
- Trans evento, pós-evento;
- Tipos de eventos;
- Cerimonias (casamentos, debutantes, universitários e outros);
- Confeção de lembrancinhas, brindes e
- Confeção de arranjos florais.

Curso: Auxiliar de Pessoal – Eixo: Gestão e Negócios

Objetivo Específico: Formar profissional apto a realizar atividades de apoio à administração de pessoal em processos como controle de jornada de trabalho e pagamento de encargos sociais, 13º salário, férias e rescisão de contrato; preparar, organizar, solicitar e emitir documentos e processos de acordo com a legislação trabalhista; organizar informações cadastrais dos empregados.

Conteúdo:

- Admissão e registro de empregados, demissão e rescisão de contratos de trabalho;
- Legislação, direitos e deveres do empregador e do empregado;
- Cálculos de salários, hora extra, férias, 13º salario, INSS, imposto de renda e outros cabíveis ao departamento ;
- Informática básica aplicada e
- Apontamento de Cartão de Ponto.

CEDESP 05 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo.

Curso: Serígrafo – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional apto a realizar a transposição de imagens para diversos materiais, por meio da pressão da tinta por sobre uma tela preparada; acompanhar os processos de serigrafia, através da identificação de problemas, proposição de soluções, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdo:

- Aplicar termo transferência (sublimática, laser) em tecidos e brindes promocionais;
- Confeção de artes serigráficas no Corel Draw e Photoshop;
- Confeção de matrizes serigráficas resistente à água e solvente;
- Impressão têxtil e solvente - manual e semiautomática e
- Aplicação de resinas em brindes promocionais.

Curso: Editor de Projeto Visual Gráfico – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional apto a editar textos, imagens e figuras, gerar layout e arte final para revistas, folders e jornais para o mercado gráfico em geral, utilizando programas de computação, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdo:

- Sistemas de Impressão, desenhos, corel draw e photoshop ;
- Identidade Visual – logotipo e logomarca; Publicidade e propaganda para anúncio;
- Fotografia básica;
- Criação de Peças Gráficas Empresariais; Criação de mídias extensivas e pesquisa; Briefing – Empresas e Eventos ;
- Fluxo produtivo gráfico.



Curso: Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança – Eixo: Infraestrutura

Objetivo Específico: Formar profissional apto a instalar e realizar manutenção preventiva e corretiva de sistemas de segurança, tais como alarmes, circuitos fechados de TV e interfonos.

Conteúdo:

- Fundamentos da eletricidade, grandezas e circuitos elétricos;
- Projeto de instalação elétrica residencial;
- Instalação de sistemas de: alarme, interfonia, antenas coletivas e UHF e VHF, luminárias, cerca, portão;
- Introdução de segurança no trabalho e controle de acesso e
- Tecnologia de interruptores, tomadas, luminárias, fusíveis e disjuntores.

Curso: Pedreiro de Alvenaria – Eixo: Infraestrutura

Objetivo Específico: Formar profissional apto a executar trabalhos de construção, reforma e manutenção de obras civis, no que se refere a alvenaria de tijolos, pedras de cantaria, blocos e concreto, contrapisos, revestimentos de pisos e paredes em geral; montar painéis de alvenaria pré-fabricados ou convencionais, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdo:

- Orçamentos de materiais, contratos, cálculos, prevenção de acidentes e equipamentos de segurança;
- Leitura e interpretação de projetos, aplicação de código de obras e projetos em AutoCAD
- Estrutura e assentamento de tijolos (valas de fundação, impermeabilização, gabarito e execução de paredes alvenarias);
- Revestimentos de paredes (chapisco, emboço, massa corrida, massa fina, textura, pintura e cerâmica em parede e piso) e
- Instalações hidráulicas (dimensionamento de tubulação de água fria, água quente e esgoto e montagem de ramais e caixa d'água).

Curso: Programador de Web – Eixo: Informação e Comunicação

Objetivo Específico: Formar profissional apto a desenvolver Web Sites usando técnica de elaboração de sites; elaborar layouts complexos em tabletes; testar e realizar manutenção em sistemas, respeitando os padrões técnicos de qualidade e atento às normas e políticas de segurança da informação e de respeito à propriedade intelectual, realizando consultas ao sistema, segundo as especificações do projeto, documentando todas as etapas do processo.

Conteúdo:

- Design para web: estética de páginas para web, preparo de logos e imagens bitmaps através de softwares da Adobe e plataforma Mac OSx da Apple;
- Linguagem marcação de hipertexto (web) - HTML e Folha de Estilos em Cascatas – CSS;
- Elaboração de Layout seguindo documentação da web (padrão W3C);
- Javascript, lógica de Programação, banco de dados e SQL e
- Linguagem PHP e MySQL , elaboração de projetos.

Curso: Editor de Vídeo – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional apto a realizar o preparo, o desenvolvimento e a finalização de projetos de edição audiovisual, por meio da manipulação dos recursos de software para construir sequências e narrativas com a aplicação de efeitos e refinamento da edição até a finalização.

Conteúdo:

- Construção de Roteiros (linguagem cinematográfica) e direcionamento para projetos regulamentados;
- Operação de filmadora, estudando planos e enquadramentos;
- Edição de vídeos com softwares do Adobe e plataforma Mac OSx da Apple;
- Composição sonora, trilhas sonoras e edição de som e
- Criação de vinhetas, finalização em software de pós-edição e autoração de DVD.

CEDESP 06 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo.

Curso: Cabeleireiro Assistente – Eixo: Ambiente e Saúde

Objetivo Específico: Formar profissional que auxilia o cabeleireiro na higienização, escovação, cortes de linhas simples e na hidratação e coloração dos cabelos; utiliza produtos e equipamentos adequados às técnicas de embelezamento, considerando as tendências da moda e respeitando os limites éticos e os critérios estéticos regionais.

Conteúdo:

- Estudo / análise capilar;
- Tratamentos capilares;
- Penteados;
- Cortes unissex e
- Noções básicas de colorimetria.

Curso: Manicure e Pedicure – Eixo: Ambiente e Saúde

Objetivo Específico: Formar profissional para atuar no segmento de beleza, realizando higienização, lixamento, corte, polimento e esmaltagem das unhas. Utiliza diferentes técnicas, procedimentos de biossegurança, materiais e produtos, conforme as necessidades e características do cliente, respeitando os limites éticos e os critérios estéticos regionais.

Conteúdo:

- SPA para mãos e pés;
- Utilização de métodos para melhorar o aspecto da pele;
- Design de sobrancelha;
- Depilação com cera quente e
- Automaquiagem e cuidados básicos com a pele.

Curso: Padeiro – Eixo: Produção Alimentícia

Objetivo Específico: Formar profissional capaz de elaborar produtos de panificação, realizando o preparo de massas, coberturas e recheios, de acordo com as normas técnicas, de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Conteúdo:

- Higiene e normas sanitárias de manipulação de alimentos;
- Balanceamento de receitas;
- Preparação de massas e de recheios;
- Preparação de recheios e
- Conservação.

Curso: Confeiteiro – Eixo: Produção Alimentícia

Objetivo Específico: Formar profissional apto a elaborar produtos de confeitaria, por meio do preparo de massas, coberturas e recheios e que conhece os princípios de armazenamento e acondicionamento de matéria-prima e aditivos.

Conteúdo:

- Massas bases de confeitaria, pão de ló, daquaise;
- Recheios cremosos, seriados (variados);
- Doces finos e bolos confeitados;
- Bolos confeitados;
- Sobremesas: verrines e doces gourmet e
- Higiene e normas sanitárias de manipulação de alimentos.

Curso: Sorveteiro – Eixo: Produção Alimentícia

Objetivo Específico: Formar profissional apto a planejar a produção e prepara misturas de sorvete; elaborar caldas de sorvete redige documentos tais como requisição de materiais registros de saída de materiais e relatórios de produção; trabalhar em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

Conteúdo:

- Produção de todos os tipos de sorvetes de massa, salgados e doces, ligh e diet;
- Produção de picolés diversos;
- Elaboração de pratos quentes e frios com sorvetes e outros componentes de confeitaria;
- Higiene e normas sanitárias de manipulação de alimentos e
- Noções de empreendedorismo (aspectos técnicos para a montagem de negócio próprio).

Curso: Auxiliar Cozinheiro Industrial – Eixo: Produção Alimentícia

Objetivo Específico: Formar profissional apto que auxilia o cozinheiro a manipular alimentos e preparar refeições em cozinhas industriais, seguindo o cardápio estabelecido, de acordo com os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar.

Conteúdo:

- Higiene, segurança, legislação, nutrição, saúde e
- Habilidades básicas de cozinha (cortes, métodos de cocção, preparações básicas).

Curso: Cozinheiro Industrial – Eixo: Produção Alimentícia

Objetivo Específico: Formar profissional apto a manipular alimentos e preparar refeições em cozinhas industriais, seguindo o cardápio estabelecido, de acordo com os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar.

Conteúdo:

- Gastronomia brasileira;
- Cozinha internacional e
- Noções de ficha técnica, cardápio e sustentabilidade.

CEDESP 07 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo.

Curso: Auxiliar Marceneiro – Eixo: Infraestrutura

Objetivo Específico: Forma profissional apto que auxilia o marceneiro a projetar, confeccionar e restaurar produtos de madeira e derivados; interpretar projetos, desenhos e especificações; produzir artefatos ou móveis de madeira, desde o desenho, passando pela preparação da madeira,

cortes, encaixes, polimento e acabamento; elaborar orçamentos; entregar e montar produtos confeccionados sob medida ou restaurados; observar normas de qualidade, saúde e segurança.

Conteúdo:

- Restauro e manutenção de móveis e
- Conhecimento de ferramentas, máquinas e materiais de construção e acabamento de móveis, produtos químicos e sua aplicação.

Curso: Marceneiro – Eixo: Infraestrutura

Objetivo Específico: Forma profissional que projeta, confecciona e restaura produtos de madeira e derivados; interpreta projetos, desenhos e especificações; produz artefatos ou móveis de madeira, desde o desenho, passando pela preparação da madeira, cortes, encaixes, polimento e acabamento; elabora orçamentos; entrega e monta produtos confeccionados sob medida ou restaurados; observa normas de qualidade, saúde e segurança.

Conteúdo:

- Cortes precisos de MDF, MDP e laminados com tecnologia de segurança embutida;
- Segurança no trabalho e postura profissional e
- Cálculo de custo e orçamento.

Curso: Desenhista Mecânico – Eixo: Controle e Processos Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a desenvolver e interpretar desenhos técnicos mecânicos por meio da utilização de instrumentos e programas específicos, trabalhando sob a supervisão técnica, de acordo com as normas e procedimentos técnicos, de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdo:

- Comandos e coordenadas;
- Ferramentas para modelagem 2D ;
- Ferramentas para modelagem 3D;
- Estado de superfície e
- Escala.

Curso: Auxiliar Mecânico de Usinagem Convencional – Eixo: Controle e Processos Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional auxiliar apto a usinar peças em materiais ferrosos e não-ferrosos, utilizando máquinas-ferramenta convencionais, montando conjuntos mecânicos utilizando-se dos processos de ajustagem nos trabalhos individuais ou em grupo, fazendo o controle de medidas das peças usinadas de acordo com normas, padrões e especificações técnicas do produto e seguindo normas técnicas, ambientais e de segurança.

Conteúdo:

- Usinagem de peças de materiais ferrosos e não ferrosos;
- Uso adequado de máquinas-ferramentas e
- Uso adequado de instrumentos de controle de medida.

Curso: Mecânico de Usinagem Convencional – Eixo: Controle e Processos Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a usinar peças em materiais ferrosos e não-ferrosos, utilizando máquinas-ferramenta convencionais, montando conjuntos mecânicos utilizando-se dos processos de ajustagem nos trabalhos individuais ou em grupo, fazendo o controle de medidas das peças usinadas de acordo com normas, padrões e especificações técnicas do produto e seguindo normas técnicas, ambientais e de segurança.

Conteúdo:

- Realização de cálculos para máquinas-ferramentas, tais como, RPM, GPM, avanço e penetração;
- Processos de usinagem, conforme a norma DIN e norma ABNT.

Curso: Operador de Torno com CNC – Eixo: Controle e Processos Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a planejar e operar tornos com comando numérico computadorizado (CNC), para usinagem de peças, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdo:

- Linguagem de programação das máquinas;
- Preparo da máquina para receber os programas;
- Utilização de softwares voltados para usinagem;
- Transferência dos programas criados do computador para a máquina CNC e
- Operador de centros de usinagem com CNC.

Curso: Operador de Máquina de Usinagem com Comando Numérico Computadorizado – Eixo: Controle e Processos Industriais

Objetivo Específico: Formar profissional apto a programar, preparar e operar máquinas-ferramentas com comando numérico computadorizado (CNC), utilizadas na usinagem de peças, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.

Conteúdo:

- Linguagem de programação das máquinas;
- Preparo da máquina para receber os programas;
- Utilização de softwares voltados para usinagem;
- Transferência dos programas criados do computador para a máquina CNC e
- Operador de centros de usinagem com CNC.

Curso: Operador e Programador de Sistemas Automatizados

Objetivos Específico: Formar profissional apto a gerenciar, projetar e integrar sistemas industriais e supervisionados por dispositivos microcontroladores, sensores e atuadores; operar equipamentos de alta tecnologia; testar o funcionamento dos sistemas integrados de processos produtivos identificando defeitos e propondo soluções; efetuar programação de sistemas produtivos; programar controle de automação de sistemas e realizar manutenção de sistemas de automação de acordo com normas, padrões, especificações técnicas, ambientais e de segurança.

Conteúdo:

- Automação e Controle;
- Microcontroladores;
- Controlador Lógico Programável;
- Redes Industriais e Sistemas Supervisórios;
- Robótica e Manufatura Flexível;
- Mecanismos Mecatrônicos;
- Tecnologia da Manufatura.

▪ **Objetivo Geral:**

Propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã e contribuir para o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania.

▪ **Resultados obtidos a partir da atividade realizada:**

Em 2018 formaram-se 3.495 usuários, tendo sido atingidos os seguintes resultados:

- Adolescentes, jovens e adultos com direito ao acesso ao serviço, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda;
- Adolescentes inseridos na rede formal de ensino;
- Adolescentes, jovens e adultos com convívio e vínculos mais fortalecidos;
- Adolescentes, jovens e adultos qualificados profissionalmente de acordo com a demanda do mercado de trabalho;
- Adolescentes, jovens e adultos com aptidões para vida produtiva e social desenvolvidas;
- Adolescentes, jovens e adultos com acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres;
- Adolescentes, jovens e adultos com relações mais fortalecidas resgatando a cidadania, auto-estima, senso crítico e participação na vida pública;
- Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;
- Adolescentes, jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho formal ou desenvolvendo atividade empreendedora após a conclusão das atividades;
- Adolescentes, jovens e adultos com acesso a padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas.

▪ **Dia/Horário/Periodicidade:**

O atendimento foi feito de Segunda a Sexta-feira, em três horários: 7h30 às 11h30, 13h30 às 17h30 e 18h00 às 22h00, com turmas distintas. O funcionamento foi de 11 meses, com férias coletivas de um mês. Ao longo do ano, houve atividades / eventos nos finais de semana, visando garantir a participação e aproximação da família.

▪ **Forma de acesso:**

O acesso ao CEDESP se deu por meio da inclusão de pessoas encaminhadas pelo CRAS e CREAS de suas áreas de abrangência, de forma gratuita, contínua e planejada, conforme preconizado pelo SUAS ou por procura espontânea de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, validadas pelo CRAS de abrangência. Reiteramos que todos os serviços são conveniados com a SMADS. Este convênio prevê que as organizações sociais conveniadas podem fazer a inclusão de 40% dos usuários preferencialmente, do seu território, desde que sejam validados pelo técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, e deverão destinar 60% de sua capacidade de atendimento aos encaminhamentos realizados pelo CRAS de abrangência, conforme Resolução CIT nº 01/2009.

A demanda que acessou diretamente o serviço através de: procura espontânea, pelo encaminhamento da rede socioassistencial e demais políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia de direitos, pode fazer sua matrícula no serviço e, em seguida, foi encaminhada ao CRAS de abrangência para a inclusão do usuário no Cadúnico.

Para a inscrição, o usuário deve atender aos pré-requisitos necessários para a participação nos cursos FIC, no que diz respeito aos conhecimentos básicos de comunicação e expressão e raciocínio lógico, minimamente.

A inclusão dos usuários deve também respeitar a data de início das atividades do semestre e os casos excepcionais serão avaliados pelo gestor do CEDESP, em conjunto com o técnico supervisor do serviço, para a possibilidade de inclusão, desde que não haja prejuízo para o desenvolvimento do usuário e das atividades como um todo.

▪ ***Público Alvo:***

Adolescentes, jovens e adultos, de 15 a 59 anos e onze meses, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiência, desde que em condições mínimas de participação nas atividades do curso escolhido.

▪ ***Número total de atendidos em 2018:***

Atendimento diário de 1720 adolescentes e jovens conveniados com SMADS e 40 na parceria com a Alemanha, de forma gratuita neste CNPJ (unidade sede) e 160, no CNPJ filial 61.882.95/0004-30 (unidade ao lado do Metrô Itaquera).

Em 2018, foram atendidos 5.168 jovens e adultos; sendo realizados 454.918 atendimentos e servidas 842.384 refeições; tendo, ao longo do ano, 11.749 inscritos para os cursos oferecidos e 3.495 formados. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 1193). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente

ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionais.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos (por CEDESP):**

CEDESP 01:

01 Gerente de Serviço II (40 horas semanais)

01 Técnico do Serviço (40 horas semanais)

01 Assistente Social (30 horas semanais)

05 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)

07 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)

01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)

01 Cozinheiro (40 horas semanais)

04 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

CEDESP 02:

01 Gerente de Serviço II (40 horas semanais)

01 Técnico do Serviço (40 horas semanais)

01 Assistente Social (30 horas semanais)

07 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)

04 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)

01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)

01 Cozinheiro (40 horas semanais)

04 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

CEDESP 3:

01 Gerente de Serviço II (40 horas semanais)

01 Técnico do Serviço (40 horas semanais)

01 Assistente de Coordenação (40 horas semanais)

06 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)

5 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)

01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)

03 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

CEDESP 04:

01 Gerente de Serviço II (40 horas semanais)

01 Técnico do Serviço (40 horas semanais)

01 Assistente Social (30 horas semanais)

07 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)

07 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)

01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)

01 Cozinheiro (40 horas semanais)

04 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

02 Agentes Operacionais (20 horas semanais)

Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

CEDESP 05:

01 Gerente de Serviço II (40 horas semanais)

01 Assistente de Coordenação (40 horas semanais)

01 Assistente Social (30 horas semanais)

02 Assistentes Sociais (20 horas semanais)

07 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)

03 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)

01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)

04 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

CEDESP 06:

01 Coordenador Geral (40 horas semanais)

01 Auxiliar de Coordenação (40 horas semanais)

01 Assistente de Coordenação (40 horas semanais)

08 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)

07 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)

01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)

01 Cozinheiro (40 horas semanais)

05 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

CEDESP 07:

01 Gerente de Serviço II (40 horas semanais)

01 Técnico de Serviço (20 horas semanais)

- 01 Assistente de Coordenação (40 horas semanais)
- 01 Assessora de Coordenação (20 horas semanais)
- 06 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)
- 06 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)
- 01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)
- 01 Cozinheiro (40 horas semanais)
- 03 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

Contamos também com 23 Voluntários (4 horas semanais, em média).

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência regional. Devido à diversidade de cursos, eles são procurados por pessoas de vários bairros. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera





	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁵	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76^a posição entre os distritos da cidade⁶.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁶ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁷

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁸ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

⁷ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁸ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá de acordo com o que se segue:

- Diagnóstico da situação de aprendizagem do usuário para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica;
- Verificação dos avanços e dificuldades do usuário de apropriação, construção e recriação do conhecimento em função do trabalho desenvolvido;
- Reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o replanejamento;
- Análise dos avanços referentes ao desenvolvimento intelectual, social, afetivo, de organização e hábitos pessoais, inclusive de forma autoavaliativa.

A avaliação geral será realizada trimestralmente, por meio da análise descritiva dos avanços e dificuldades, resultante da análise do processo educativo e registro contínuo. Serão considerados:

- A constituição dos Conselhos de classe, com o objetivo de buscar importantes estratégias e alternativas para superação de problemas;
- Aproveitamento coletivo para análise do individual;
- Construção de critérios comuns, com exceção para casos específicos;

Em relação aos colaboradores, são previstas:

- Reuniões mensais com toda a equipe de trabalho;
- Reuniões extraordinárias conforme a necessidade do núcleo;
- Reunião geral semestral com todos os colaboradores da Obra Social Dom Bosco.

Os conteúdos qualitativos das entrevistas e visitas domiciliares servirão de subsídios para avaliação do trabalho, bem como a observação e registro da práxis.

Propõe-se estabelecer coerência entre o planejamento, elaboração das atividades e resolução do que se pretende modificar na realidade, observando e registrando com a flexibilidade de alterações, mudanças e novas estratégias para se alcançar as metas levando em consideração: **Eficiência** (quantidade), **Eficácia** (qualidade), **Efetividade** (participação), trabalhando:

- Desenvolvimento e qualidade do serviço;
- Evolução dos usuários e das mudanças ocorridas na realidade social;
- Reavaliação, sempre que necessário, da efetividade das ações desenvolvidas por meio de (questionários, sugestões, reuniões e outros).

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 1, para atendimento de 220 jovens e adultos – Termo de Convênio nº 156/SMADS/2014 – Processo nº 2014.0.225.359.8 (vigência até 27/10/19);

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 2, para atendimento de 240 jovens e adultos – Termo de Convênio nº 157/SMADS/2014 – Processo nº 2014.225.366.0 (vigência até 27/10/19);

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 3, para atendimento de 220 jovens e adultos – Termo de Convênio nº 151/SMADS/2014 – Processo nº 2014.0.225.373.3 (vigência até 27/10/19);

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 4, para atendimento de 300 jovens e adultos – Termo de Convênio nº 153/SMADS/2014 – Processo nº 2014.0.225.378.4 (vigência até 27/10/19);

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 5, para atendimento de 220 jovens e adultos – Termo de Convênio nº 155/SMADS/2014 – Processo nº 2014.0.225.380.6 (vigência até 27/10/19);

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 6, para atendimento de 280 jovens e adultos – Termo de Convênio nº 154/SMADS/2014 – Processo nº 2014.0.225.386.5 (vigência até 27/10/19);

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 7, para atendimento de 220 jovens e adultos – Termo de Convênio nº 149/SMADS/2014 – Processo nº 2014.0.225.388.1 (vigência até 27/10/19).

*Todos foram adaptados para Termos de Colaboração em 01/03/2018, permanecendo com os mesmos números, nos termos da Portaria 64/SMADS/2017.

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

Parceria com a Don Bosco Mondo, da Alemanha, para o desenvolvimento dos Projetos de Mecatrônica, Metalmecânica (BSP 14-099) - com aquisição de equipamentos, até junho de 2018.

8.1.3 – PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL E INTERDISCIPLINAR À FAMÍLIA

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

Propiciar o desenvolvimento da autonomia, o protagonismo social e a formação cidadã das famílias atendidas nos Serviços executados pela organização.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente, a partir do desenvolvimento das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos.

▪ ***Objetivo Geral:***

Possibilitar que a família exerça o seu protagonismo, resgatando sua história, tornando-a agente de transformação social.

▪ ***Resultados:***

- Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos;
- Famílias encaminhadas para Programas de Transferência de Renda e rede socioassistencial;

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

Ao longo de todo o ano, durante a semana, de forma não fixa, incluindo finais de semana, visando garantir a participação e aproximação da família.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelos demais Serviços e Programas executados pela organização.

▪ **Público-alvo:**

Famílias dos usuários atendidos pelos diversos Serviços e Programas executados pela organização, bem como comunidade local.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018, não houve registro específico deste atendimento, pois foram inseridos nos serviços.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei

Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 1193). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

- ***Abrangência Territorial:***



Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade¹⁰.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de 2008 pela Folha de São Paulo.

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:¹¹

¹⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

¹¹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras¹² com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***
O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

- ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***
Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

¹² Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

Parcerias esporádicas com instituições de ensino superior para atendimentos e realização de palestras.

▪ **Recursos Humanos:**

1 Voluntários (4 horas semanais, em média), estagiários e parceiros esporádicos de universidades e outras instituições para palestras e atendimentos.

8.1.4 – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

O Programa de Capacitação Continuada prevê a realização de atividades regulares, contínuas, organizadas anualmente, com periodicidade definida de acordo com o planejamento prévio e calendário institucional.

A Capacitação Continuada contempla os colaboradores na perspectiva de desenvolvimento, educação formal, capacitação, aperfeiçoamento, treinamento, qualificação, desempenho entre outros.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Contribuir com a capacitação, desenvolvimento profissional e continuado dos colaboradores.

▪ **Resultados:**

- Equipe gestora e Técnica com especialização no segmento de atuação, terceiro setor ou áreas afins;
- Colaboradores da área docente e administrativa com formação em nível superior completa ou em curso;
- Colaboradores de nível operacional com formação ensino médio completo;
- Colaboradores motivados, capacitados e preparados para o desenvolvimento das atividades;
- Melhoria na qualidade do trabalho desenvolvido.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados, visando garantir a participação dos colaboradores.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda devidamente vinculada a organização.

▪ **Público-alvo:**

Colaboradores (CLT, estagiários e voluntários) que integram a organização.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, todos os colaboradores foram atendidos neste programa, num total de 386 funcionários e 114 voluntários que estavam ativos em dezembro de 2018. Todos os atendimentos ocorreram de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 1193). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais,

garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional¹³	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade¹⁴.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

¹³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

¹⁴ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experimentar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:¹⁵

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras¹⁶ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas

¹⁵ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

¹⁶ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

Parceria com SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), objetivando a cooperação para a realização das seguintes atividades:

- Programa Comunitário de Formação Profissional – PCFP, de acordo com projetos específicos elaborados pela nossa entidade;
- treinamento e capacitação dos instrutores.

Parceria com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), visando a cooperação educacional para concessão de descontos em produtos e/ou serviços oferecidos pelo SENAC aos beneficiários da parceria.

Parceria esporádica com outras instituições de ensino.

▪ **Recursos Humanos:**

Não há um quadro específico para este programa, contratamos profissionais ou firmamos parcerias para o desenvolvimento das ações, envolvendo inclusive os próprios colaboradores capacitados, especialmente a equipe gestora e diretiva.

8.1.5 – PROGRAMA GESTÃO DE TALENTOS

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

O programa Gestão de Talentos prevê a realização de atividades regulares, contínuas, organizadas anualmente, com periodicidade definida de acordo com o planejamento prévio e calendário institucional. As ações do Programa estão organizadas da seguinte maneira: a) Encaminhamento para o Mercado de Trabalho; b) Aprendiz; c) Voluntariado; d) Estágio.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com as legislações vigentes.

▪ **Objetivo Geral:**

Contribuir com a formação profissional e cidadã dos usuários dos diversos Serviços, Programas e Projetos executados pela presença salesiana, bem como dos membros da comunidade local.

▪ **Resultados:**

- Adolescentes, jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho;
- Adolescentes, jovens e adultos capacitados para iniciativas empreendedoras;
- Adolescentes, jovens e adultos com aptidões e consciência para o exercício da cidadania por meio da prática de voluntariado;
- Adolescentes, jovens e adultos qualificados profissionalmente e acolhidos para a prática de estágio.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários, inclusive nos finais de semana.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executamos pela organização, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

Adolescentes, jovens e adultos, a partir de 16 anos.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 1.828 pessoas; sendo realizados 7.385 atendimentos e servidas 8.177 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/9/1993). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional¹⁷	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade¹⁸.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

¹⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

¹⁸ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:¹⁹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras²⁰ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em

¹⁹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

²⁰ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Taxa administrativa recebida para cada aprendiz inserido no Programa de Aprendizagem. A taxa é paga pelas empresas que os contratam. Não realizamos a contratação e o pagamento dos aprendizes, eles são contratados e pagos diretamente pelas próprias empresas.

O Programa de Aprendizagem é utilizado como meio para a inserção dos usuários qualificados no CEDESP no mercado de trabalho, não fazemos contratação direta dos aprendizes, apenas os qualificamos e mediamos o cumprimento do programa nas empresas. Todos os cursos são devidamente registrados e autorizados pelo Ministério do Trabalho.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

▪ ***Recursos Humanos:***

Além de contarmos com técnicos do CEDESP no encaminhamento, visto ser inerente aos objetivos do serviço, temos também 1 voluntário.

8.1.5 – (B) PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

▪ *Descrição da Atividade Realizada:*

O programa institucional intitulado **GESTÃO DE TALENTOS**, abarca em suas atividades o PROGRAMA DE APRENDIZAGEM, de acordo com o que regulamenta o Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005.

O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM, também é regido pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), à luz da promoção da integração ao mundo do trabalho.

A aprendizagem no Brasil, regulada pela **CLT**, passou por um processo de modernização com a promulgação da Lei n.º **10.097/2000** e ampliada pelo Decreto Federal n.º **5.598/2005**, surgiu para auxiliar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, possibilitando a primeira experiência trabalhista.

▪ *Metodologia Utilizada:*

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com as legislações vigentes.

O Aprendiz é conduzido por uma metodologia pensada para conectar a aprendizagem do aprendiz que se dá nos encontros de formação teórica, na prática da empresa, na entidade qualificadora e no seu cotidiano, com articulação da experiência do **trabalho como eixo condutor** de sua proposta educativa.

Nesse ambiente de aprendizagem, a metodologia sugere estratégias pedagógicas para conectar os conteúdos do ambiente escolar e da prática do trabalho, sem repetir métodos e conhecimentos adquiridos na entidade qualificadora, de modo que eles ganhem significado e gerem questões que serão trabalhadas como **temas geradores** dos encontros e organizadas em unidades de currículos.

O Programa de Aprendizagem é composto por duas modalidades diferenciadas, com o objetivo de oferecer oportunidade de trabalho para todos os tipos de adolescentes, em ambas as condições: cursando ou concluído os cursos profissionalizantes (Serviço citado no item 8.1.2 deste relatório), abrangendo todas as áreas de formação.

- 1. MODALIDADE I:** Destinada aos jovens adolescentes concluintes dos cursos profissionalizantes (Serviço indicado no item 8.1.2 deste relatório), com disponibilidade diária mínima de 6 (seis) horas para desenvolver a prática profissional na empresa dentro da área administrativa. Nesta modalidade, o usuário realiza atividades, 04 (quatro) vezes por semana, na Empresa e 01 (uma) vez por semana na Entidade Qualificadora, participando de atividade formadora conforme conteúdo programático a seguir apresentado.

- **Cursos validados:** Técnicas de Orientações Administrativas.
 - **Conteúdo Programático de Formação Humana:** Arte; Comunicação Oral e Escrita (leitura e compreensão de textos); Direito Humanos (orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso, opinião pública); Direitos Trabalhistas e Previdenciários; Diversidade Cultural Brasileira Relacionada ao Mundo do Trabalho; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Formas alternativas de geração de trabalho e Renda com enfoque na juventude; Inclusão digital; Informações sobre o mercado e o mundo do trabalho e trabalho em equipe; Organização, planejamento e controle do processo de trabalho; Preservação do equilíbrio do meio ambiente; Saúde e segurança do trabalho; Saúde (direitos sexuais e reprodutivos e relações de gênero); Segurança pública; Uso indevido de álcool, tabaco e outras.
 - **Conteúdo Programático de Formação Científica:** Raciocínio lógico matemático; Interpretação e Análise de dados estatísticos; Empresas (tipos de sociedades, segmento e áreas de atuação); Rotinas de Escritório (triagem e distribuição de documentos, técnicas de arquivamento, atendimento a clientes), Noções de Contabilidade (classificação contábil de patrimônio, escrituração); Recursos Humanos (processos de recrutamento e seleção, avaliação de desempenho, cargos e salários, carreiras, benefícios); Legislação Trabalhista e Previdenciária e seus devidos cálculos; Gestão Financeira; Logística (fundamentos, qualidade total, 5S, controle de estoque, terceirizados); Segurança do Trabalho (fundamentos básicos da Segurança do Trabalho, CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, EPIs e EPCs, Laudos Técnicos como PPRA, PCMSO, PPP e ASO);
 - **Conteúdo relacionado ao mundo do trabalho:** Diversidade Cultural Brasileira Relacionada ao Mundo do Trabalho (diversidade cultural brasileira, a relação e influência desta no mundo do trabalho, procedimentos e estratégias para inserção e permanência no mercado de trabalho; discernimento vocacional e desenvolvimento da noção de compromisso com o trabalho e responsabilidade sobre sua formação profissional; empreendedorismo; a escolha da profissão);
 - **Descrição das atividades que os aprendizes desenvolvem:** A aprendizagem prática prepara o jovem para desenvolver atividades profissionais e ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, cada vez mais necessária em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. Dentre elas, apoio nas áreas administrativas, recursos humanos e departamento pessoal, contábil e financeiro. Atendem fornecedores e clientes, transmitindo informações sobre produtos ou serviços. Tratam de documentos variados, mediante aos procedimentos necessários para os mesmos, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
- 2. MODALIDADE II:** Esta modalidade é destinada aos jovens adolescentes em curso, com disponibilidade diária de 4 (quatro) horas para desenvolver a prática profissional na empresa, no contra turno do curso profissionalizante (citado no item 8.1.2 deste relatório), e é direcionada para todos os cursos do CEDESP - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo. Nesta modalidade, o usuário realizada 04 (quatro) horas diários de prática profissional na Empresa, concomitante a 04 (quatro) horas diárias de atividades de formação profissional na Entidade Qualificadora conforme cursos a seguir apresentados.



- **Cursos validados nessa modalidade:** Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Pessoal, Assistente de Cabeleireiro, Manicure e Pedicure, Confeitaria, Panificação, Sorveteria, Cozinha Industrial, Costureiro Industrial, Modelista, Desenho Mecânico, Mecânico de Usinagem Convencional, Operador de Torno com CNC, Operador de Injetores para Termoplásticos, Montador e Reparador de Computador, Operador de Computador, Programador de Sistema, Programador de Web e Editor de Projeto Visual Gráfico.
- **Conteúdo Programático de Formação Humana:** Arte; Comunicação Oral e Escrita (leitura e compreensão de textos); Direito Humanos (orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso, opinião pública); Direitos Trabalhistas e Previdenciários; Diversidade Cultural Brasileira Relacionada ao Mundo do Trabalho; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Formas alternativas de geração de trabalho e Renda com enfoque na juventude; Inclusão digital; Informações sobre o mercado e o mundo do trabalho e trabalho em equipe; Organização, planejamento e controle do processo de trabalho; Preservação do equilíbrio do meio ambiente; Saúde e segurança do trabalho; Saúde (direitos sexuais e reprodutivos e relações de gênero); Segurança pública; Uso indevido de álcool, tabaco e outras.
- **Conteúdo Programático de Formação Científica:** de acordo com o conteúdo programático dos cursos do CEDESP – Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (conforme item 8.1.2 deste relatório).
- **Conteúdo relacionado ao mundo do trabalho:** Diversidade Cultural Brasileira Relacionada ao Mundo do Trabalho (diversidade cultural brasileira, a relação e influência desta no mundo do trabalho, procedimentos e estratégias para inserção e permanência no mercado de trabalho; discernimento vocacional e desenvolvimento da noção de compromisso com o trabalho e responsabilidade sobre sua formação profissional; empreendedorismo; a escolha da profissão);
- **Descrição das atividades que os aprendizes desenvolvem:** A aprendizagem prática prepara o jovem para desempenhar atividades profissionais e ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, cada vez mais necessária em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. Atividades específicas desta modalidade são as mesmas citadas no conteúdo programático de cada curso do Cedesp, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
- **Metodologia utilizada:** A metodologia utilizada no Programa de Aprendizagem é articulada a teoria e prática por meio de estratégias diferenciadas como exposição dialogada, dinâmicas de grupo, casos de sucesso, solução de conflitos, leitura, discussão de textos, debates, práticas das atividades na empresa, visitas, exposições, entre outros. As atividades práticas desenvolvidas nas empresas são compatíveis com a idade, desenvolvimento físico, psicológicos e moral do jovem, bem como, organizadas conforme a função para a qual o aprendiz foi contratado.
- **Objetivo Geral:**
Contribuir com a formação profissional e cidadã dos usuários dos diversos Serviços, Programas e Projetos executados pela presença salesiana, bem como dos membros da comunidade local.
- **Resultados:**
 - Adolescentes e jovens inseridos no mercado de trabalho;
 - Adolescentes e jovens capacitados para iniciativas empreendedoras;

- Adolescentes e jovens com acesso a direitos, com promoção da sua autonomia e com melhoria de sua qualidade de vida.

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

Modalidade I: A jornada do aprendiz corresponde a 6 (seis) horas de aulas teóricas, todas às sextas-feiras, das 7h30 às 14h30 com uma hora de intervalo para descanso, mais um sábado mensal, perfazendo o total de 489 horas teóricas, acrescida de 6 (seis) horas diárias na empresa para prática profissional simultânea, de segunda à quinta-feira, totalizando 1152 horas aulas práticas, perfazendo o total de 1641 horas total.

→ **Modalidade II:** A jornada do aprendiz corresponde a 4 (quatro) horas de aulas teóricas, de segunda a sexta-feira na Instituição Qualificadora e Certificadora, perfazendo o total de 480 horas teóricas, acrescida de 4 (quatro) horas diárias na empresa para prática profissional simultânea no contra turno, de segunda a sexta-feira, perfazendo o total de 800 horas, totalizando 1280 horas total.

▪ ***Forma de Acesso:***

O acesso ao Programa de Aprendizagem se dá pela formação nos cursos profissionalizantes do CEDESP – Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo e por meio da inclusão de pessoas encaminhadas pelo CRAS e CREAS de suas áreas de abrangência, de forma gratuita, contínua e planejada, conforme preconizado pelo SUAS ou por procura espontânea de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

Para o acesso é necessário:

- Ser concluinte de curso profissionalizante ou curso de capacitação profissional;
- Atender a faixa etária de acordo com o curso cadastrado (15 a 24 anos);
- Encaminhar o currículo para o setor responsável;
- Participar do processo seletivo da empresa, atendendo as etapas como entrevista, dinâmicas ou testes;
- Sendo aprovado pela empresa, devem ser entregues os documentos para admissão na contratante;
- Entrega de documentos para matrícula na Entidade Qualificadora e Certificadora e cadastro no Sistema do Ministério do Trabalho e Emprego/Portal da Juventude Web;
- Participação na aprendizagem teórica, ministradas concomitantemente dentro do contrato de aprendizagem, conforme dispõe o art. 428 da CLT;

▪ ***Público-alvo:***

O programa de aprendizagem visa atender jovens adolescentes na faixa etária de 16 a 22 anos, de ambos os gêneros, em situação de vulnerabilidade social e/ou pessoal, regulamente matriculado na rede regular de ensino (fundamental ou médio), ou concluinte do ensino médio, na abrangência territorial e nas proximidades da Instituição Qualificadora e Certificadora.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas especificamente na aprendizagem 152 pessoas; sendo realizados 2.816 atendimentos e servidas 3.384 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas

respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional²¹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade²².

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

²¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

²² <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:²³

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras²⁴ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em

²³ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

²⁴ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos (usuários). Os atendimentos são 100% gratuitos.

Taxa administrativa recebida para cada aprendiz inserido no Programa de Aprendizagem. A taxa é paga pelas empresas que os contratam. Não realizamos a contratação e o pagamento dos aprendizes, eles são contratados e pagos diretamente pelas próprias empresas.

O Programa de Aprendizagem é utilizado como meio para a inserção dos usuários qualificados no CEDESP no mercado de trabalho, não fazemos contratação direta dos aprendizes, apenas os qualificamos e mediamos o cumprimento do programa nas empresas. Todos os cursos são devidamente registrados e autorizados pelo Ministério do Trabalho.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

▪ ***Recursos Humanos:***

Não há um quadro de Recursos Humanos específico do Programa de Aprendizagem, uma vez que os usuários são atendidos pelo Serviço de Desenvolvimento Social e Produtivo.

Esclarecimentos adicionais do Programa de Aprendizagem:

1) COMO É REALIZADO O ACOMPANHAMENTO DOS JOVENS APRENDIZES DURANTE O PROCESSO DE FORMAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PROGRAMA

A formação teórica do programa de aprendizagem prever momentos de encontros presenciais, cuja frequência deve corresponder no mínimo 75%, garantindo o processo de avaliação da complexidade progressiva. A proposta pedagógica do curso contempla a capacitação profissional, orientação, acompanhamento e avaliação e os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos jovens aprendizes são por meio de provas, testes e avaliações de desempenho, buscando garantir sempre uma formação que possa contribuir para o seu desenvolvimento integral e a consonância com os conteúdos estabelecidos no curso em que foi matriculado, de acordo com o programa de aprendizagem.

A avaliação aborda a aprendizagem teórica e prática de forma dinâmica, possibilitando ao jovem perceber-se no processo, ajudando-o a rever questões do seu desenvolvimento pessoal e profissional. Neste processo são utilizados instrumentais de avaliação entre aprendiz e empresa, aprendiz e instituição, bem como a auto avaliação, nas atividades laborais, assiduidade, motivação, iniciativa e pontualidade.

2) COMO SÃO DESENVOLVIDAS AS ATIVIDADES COM AS FAMÍLIAS DESSES JOVENS

São realizadas reuniões semestrais, garantindo condições de participação das famílias na articulação dos recursos da comunidade, estimulando sua autonomia e o desenvolvimento de suas potencialidades, favorecendo a busca de diversas formas de subsistência.

O Programa visa envolver as famílias dos jovens e adolescentes atendidos por meio de reuniões, palestras e eventos, o que, além de fortalecer a convivência familiar, são capazes de mobilizá-los ao exercício da cidadania, busca pelos direitos e a promoção do protagonismo.

3) CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA FORMAÇÃO HUMANA E CIENTÍFICA

→ **Formação Humana:** Arte; Comunicação Oral e Escrita (leitura e compreensão de textos); Direito Humanos (orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso, opinião pública); Direitos Trabalhistas e Previdenciários; Diversidade Cultural Brasileira Relacionada ao Mundo do Trabalho; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Formas alternativas de geração de trabalho e Renda com enfoque na juventude; Inclusão digital; Informações sobre o mercado e o mundo do trabalho e trabalho em equipe; Organização, planejamento e controle do processo de trabalho; Preservação do equilíbrio do meio ambiente; Saúde e segurança do trabalho; Saúde (direitos sexuais e reprodutivos e relações de gênero); Segurança pública; Uso indevido de álcool, tabaco e outras.

→ **Formação Científica:** Raciocínio lógico matemático; Interpretação e Análise de dados estatísticos; Empresas (tipos de sociedades, segmento e áreas de atuação); Rotinas de Escritório (triagem e distribuição de documentos, técnicas de arquivamento, atendimento a clientes), Noções de Contabilidade (classificação contábil de patrimônio, escrituração); Recursos Humanos (processos de recrutamento e seleção, avaliação de desempenho, cargos e salários, carreiras, benefícios); Legislação Trabalhista e Previdenciária e seus devidos cálculos; Gestão Financeira;



Logística (fundamentos, qualidade total, 5S, controle de estoque, terceirizados); Segurança do Trabalho (fundamentos básicos da Segurança do Trabalho, CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, EPIs e EPCs, Laudos Técnicos como PPRA, PCMSO, PPP e ASO);

4) RELAÇÃO DAS EMPRESAS PARCEIRAS

Modalidade I e II

01	Ambiental Transportes
02	Anroi Ind. E Com. Ltda
03	Banstur Hotéis Lazer e Turismo
04	Black Tie Confecções Ltda
05	Bralimpia Indústria e Com. De Equip. de Limpeza Ltda.
06	Bru-Elas Comercial Textil Ltda
07	Careca Auto Peças
08	Carisma & ServPães Alimentos
09	Cartório da Moóca
10	Cartório de Itaquera
11	Cartório Ermelino Matarazzo
12	Castor Com de Mat. p/ Construção Ltda
13	Clinica Nefrologia São Miguel
14	Danbiro Fashion Eireli
15	Giusti eCia Ltda
16	Grampofix Ind. E Com. Ltda.
17	Graziel Veículos Ltda
18	Imafix Ind. E Com. De Peças Ltda
19	Ind. De Roupas Zen
21	Ind. E Com. Fru Fru
21	Infoco Distribuidora e Com. Ltda
22	Lifs Usinagem Ltda

23	Liramax Etiquetas Ltda.
24	Metaltela Tecidos Metálicos Ltda.
25	Metalúrgica Orteip
26	MK Ind. E Com. De Produtos Sintéticos Ltda.
27	Monpar Ind. E Com. De Auto Peças Ltda.
28	NAF - Cei Auta de Souza
29	NAF – Cei Eunice Padovan
30	Optitex Ind. E Com. De Estojos e Brindes
31	Paulista Lâmpadas
32	Personale Construtora e Incorporad
33	Plastplex Ind. E Com. Ltda
34	Pontual Energia Sistemas Elétricos
35	Rubbercity Artefatos de Borracha Ltda
36	Santa Paula Veículos Ltda
37	Serpa Ind. Metalúrgica Ltda.
38	Sind. Dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Ind. E Conf. De R. e C. de S. de SP e Osasco
39	Supermercado Golden Ltda.
40	Xavier Automóveis Com. De Veículos Ltda.

5) ATIVIDADES QUE OS APRENDIZES DESENVOLVEM

A aprendizagem prática é um instituto que prepara o jovem para desempenhar atividades profissionais e ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, cada vez mais necessária em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica. Dentre elas, apoio nas áreas administrativas, recursos humanos e departamento pessoal, contábil e financeiro. Atendem fornecedores e clientes, transmitindo informações sobre produtos ou serviços. Tratam de documentos variados, mediante aos procedimentos necessários para os mesmos.

6) ESCLARECER EM QUAL RÚBRICA DA DRE CONSTA O VALOR REPASSADO PARA OS APRENDIZES

Os valores repassados aos aprendizes não constam na DRE uma vez que a remuneração relativa a contratação dos mesmos é efetuada a partir de pagamento direto do Empregador (Empresas Parceiras) para o aprendiz (contratado).

7) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL – CNAP

Seguem documentos de suporte em anexo.

8.1.6 – PROGRAMA DE SAÚDE SOCIOCOMUNITÁRIA

▪ *Descrição da Atividade Realizada:*

Desenvolvimento de atividades socioeducativas que oportunizem o conhecimento do corpo, dos cuidados com a saúde e os caminhos necessários para acesso à rede.

▪ *Metodologia Utilizada:*

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ *Objetivo Geral:*

Promover qualidade de vida por meio de cuidados com a saúde e oportunizar o acesso de educandos e suas famílias aos serviços básicos da saúde, em articulação com a rede.

▪ *Resultados:*

- Crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias em geral, com direito ao acesso a distribuição gratuita de remédios;
- Crianças, adolescentes, jovens, adultos atendidos nos demais Serviços e Programas, com direito ao acesso a atendimento odontológico;

▪ *Dia | Horário | Periodicidade:*

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários.

- Farmácia Comunitária (Parceira: SMS): ofereceu atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h, de fevereiro a dezembro.
- Atendimento Odontológico (Parceira: SMS e Unicsul): ofereceu atendimento de segunda a quinta-feira, das 8h às 13h; 3ª e 5ª, das 14h às 17h, além de alguns dias à noite, de fevereiro a dezembro, exceto o mês de julho.
- Atendimento Psicológico: realizado por voluntários em dias e horários alternados, conforme demanda e disponibilidade do voluntário.

Este programa é realizado diretamente pelos parceiros, nós apenas oportunizamos a participação

dos usuários e disponibilizamos os espaços.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executados pela organização, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

Adolescentes, jovens, adultos e famílias em geral, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiência.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018, foram realizados 1.396 atendimentos. Todos de forma gratuita.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra referência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a

articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera





Prefeitura Regional ²⁵	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
	Itaquera	14,60	204.871	14.032
Cidade Líder	10,20	126.597	12.411	
José Bonifácio	14,10	124.122	8.803	
Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432	
TOTAL	54,30	523.848	9.647	

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade²⁶.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de 2008 pela Folha de São Paulo.

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

²⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

²⁶ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:²⁷

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras²⁸ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

²⁷ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

²⁸ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros, aplicação de questionários.

- **Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):**

Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

Parceria com a Secretaria Municipal da Saúde.

- **Recursos Humanos:**
Temos 02 voluntários para o atendimento psicológico e todos os demais atendimentos são realizados pelos parceiros.

8.1.7 – PROGRAMA SOCIOCULTURAL – CRIARTE

- **Descrição da Atividade Realizada:**
Propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social por meio do acesso a atividades socioculturais.
- **Metodologia Utilizada:**
A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.
- **Objetivo Geral:**
Proporcionar aos usuários o desenvolvimento sociocultural, favorecendo a inclusão na sociedade.
- **Resultados:**
 - Adolescentes, jovens e adultos com direito ao acesso ao programa;
 - Adolescentes, jovens e adultos com acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres;
 - Adolescentes, jovens e adultos com relações mais fortalecidas resgatando a cidadania, auto-estima, senso crítico e participação na vida pública;
 - Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários.

- Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Dom Bosco (parceria com a Secretaria Municipal de Turismo / SpTuris): curso de percussão duas vezes por semana, ensaios duas vezes por semana, desenvolvimento de alegorias e fantasias ao longo do ano e desfile em fevereiro;
- Turnê do Esporte (FUMCAD): ao longo da semana nos núcleos socioeducativos, uma vez por semana em cada um, e aos finais de semana na Sede da Obra Social Dom Bosco;
- Atividades de Férias e Finais de Semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executamos pela organização, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças, adolescentes, jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 2.653 pessoas; sendo realizados 13.985 atendimentos e servidas 12.131 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente

ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionaisidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

▪ **Turnê do Esporte:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Técnico Especializado I	02	40 horas semanais	CLT
Técnico Especializado I	02	40 horas semanais	CLT

▪ 23 Voluntários (4 horas semanais, em média). Na Escola de Samba são contratados prestadores de serviço para as atividades mais técnicas.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional²⁹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade³⁰.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

²⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

³⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:³¹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras³² com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em

³¹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

³² Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros, aplicação de questionários.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Convênios com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Órgão do Poder Executivo Municipal, com repasse de recursos de origem municipal a seguir:

- Turnê do Esporte, com recursos do FUMCAD - Termo de Convênio nº 045/2017/SMDHC - Processo nº 2014-0.167.687-8 (vigência até 31/03/19).

Outros Recursos:

Contrato anual com a SPTuris, empresa da Prefeitura do Município de São Paulo, para a realização do desfile do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Dom Bosco.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.1.8 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Preparar e favorecer a todos que frequentam esses espaços, a formação e responsabilidade diante do mundo tecnológico.

▪ **Resultados:**

- Adolescentes, jovens e adultos com convívio e vínculos mais fortalecidos;
- Adolescentes, jovens e adultos qualificados profissionalmente de acordo com a demanda do mercado de trabalho;
- Adolescentes, jovens e adultos com aptidões para vida produtiva e social desenvolvidas;
- Adolescentes, jovens e adultos com acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres;
- Adolescentes, jovens e adultos com relações mais fortalecidas resgatando a cidadania, auto-estima, senso crítico e participação na vida pública;
- Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;
- Adolescentes, jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho formal ou desenvolvendo atividade empreendedora após a conclusão das atividades.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executamos pela organização, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

Crianças, adolescentes, jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018, foram atendidos 742 jovens e adultos, sendo realizados 18.159 atendimentos. Todos de forma gratuita.

- Telecentro 2 (Parceira: SMPP – Secretaria Municipal de Participação e Parceria): 2ª feira a sexta, das 9h00 às 17h00 e sábado das 9h às 13h, todos os meses do ano.

- Curso de Tecnologia da Informação (Parceiro: IOS – Instituto de Oportunidade Social): 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, de fevereiro a dezembro.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 1193). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais,

garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Agentes de Inclusão Digital (Telecentros)	02	40 horas semanais	CLT

Os demais atendimentos são realizados diretamente pelos parceiros, com quadro de recursos humanos próprio, cabendo-nos apenas o acompanhamento e cessão do espaço.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional³³	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

³³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade³⁴.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de 2008 pela Folha de São Paulo.

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:³⁵

³⁴ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> – consulta em 21/12/2017.

³⁵ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras³⁶ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Convênios com a Secretaria Municipal de Participação e Parceria, Órgão do Poder Executivo Municipal, com repasse de recursos de origem municipal a seguir:

³⁶ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.



- Telecentro Comunitário, para atendimento ao Plano de Inclusão Digital – Telecentro 2 – Termo de Convênio nº 45/2014-SES-CCCD – Processo nº 2014-0.131.124-1 (vigência até 27/06/19).

Parceria com o Instituto de Oportunidade Social (IOS) para a realização do Curso de Sistemas de Informação da TOTVS.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.1.9 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

- Realizar um trabalho socioeducativo de educação ambiental;
- Investir na interação indivíduo – meio ambiente, tornando-a mais saudável, responsável e crítica;
- Preservar o meio ambiente, favorecendo a reflexão das pessoas acerca da cidadania e da corresponsabilidade;
- Promover passeios que propiciem o contato com a natureza, gerando uma interação prazerosa e consciente;
- Assegurar um ambiente enriquecedor que dê segurança e alegria às pessoas, ao qual elas se sintam conectadas;
- Propiciar o espaço de convívio e convivência sadia;
- Propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ ***Objetivo Geral:***

Conscientizar toda a comunidade socioeducativa (usuários, famílias, colaboradores e parceiros) sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, despertando o pleno exercício da cidadania. Oportunizar o convívio com a natureza, desenvolvendo a consciência de preservação ambiental, estando em plena sintonia com as recentes campanhas da fraternidade que tratam da defesa dos biomas.

▪ ***Resultados:***

- Adolescentes, jovens e adultos com convívio e vínculos mais fortalecidos;
- Adolescentes, jovens e adultos com acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres;
- Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;

- Consciência socioambiental desenvolvida.

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários, incluindo finais de semana e férias.

▪ ***Forma de Acesso:***

Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executamos pela organização.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças, adolescentes, jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, não contabilizamos o atendimento com precisão, mas foram realizados diversos passeios e atividades envolvendo toda a comunidade socioeducativa; podemos garantir que ao menos em uma atividade todos os usuários participaram.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele

realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Zelador	01	40 horas semanais	CLT
Auxiliar de Limpeza	01	40 horas semanais	CLT

As atividades foram realizadas pelos próprios educadores dos serviços e programas.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital, atendendo os usuários que estão inseridos em nossos serviços e programas realizados nos bairros de Itaquera e Guaianases.

Os espaços utilizados para o cumprimento dos objetivos são amplos e adequados, estando localizados no campo (Arujá) e no litoral (Guarujá).

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de onze milhões de habitantes. A cidade está dividida em 31 Subprefeituras, subdivididas em 96 distritos, visando descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

A Zona Leste, periferia da Cidade de São Paulo, é composta por cerca de 3,8 milhões de pessoas, o que representa 34,5% da população do respectivo Município. A População Economicamente Ativa (PEA) que vive na região é de 1.707.458,8 trabalhadores, o que corresponde a 31% do PEA da Cidade.

O bairro de Itaquera é composto pelos Distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 525.586 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Faixa Etária	Nº Habitantes
População de 0 a 9 anos	75.210
População de 10 a 14 anos	45.090
População de 15 a 19 anos	41.992
População de 20 a 29 anos	96.242
População de 30 a 59 anos	216.239
População com 60 ou mais anos	50.813
Total	525.586

O bairro de Itaquera apresenta IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,475 e, IEX (Índice de Exclusão Social) de 0,489, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. Segundo o Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias

idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Quanto ao perfil econômico, atualmente, com a chegada de 02 Shoppings Centers, grandes redes de Supermercados e o aumento do número de Indústrias na Colônia Japonesa, está havendo maior aproveitamento da mão de obra da região. Entretanto, a maioria dos habitantes da localidade continua trabalhando no centro da cidade ou adjacências. O deslocamento diário das pessoas é significativo e a facilidade do transporte metroviário tornou a região mais atrativa. Caracteriza-se ainda pela expansão Industrial em Substituição a atividade primária. O Comércio, em constante crescimento, destina-se ao atendimento das necessidades dos moradores. Vale ressaltar que, além de todas as dificuldades comuns aos bairros de periferia, esta região conta com vias de acesso ineficientes, bem como as ruas e avenidas locais, mal asfaltadas e sinalizadas, com grandes pontos de estrangulamento de tráfego e atropelamentos.

O bairro de Guaianases apresenta 17,80Km², em uma densidade demográfica de 15.085 habitantes/ Km², onde estão instalados os distritos administrativos de Guaianases e Lajeado.

Conforme dados divulgados pelo Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE – 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o bairro possui 268.787 habitantes.

Faixa Etária	Nº Habitantes
População de 0 a 9 anos	43.129
População de 10 a 14 anos	26.770
População de 15 a 19 anos	25.240
População de 20 a 29 anos	50.858
População de 30 a 59 anos	103.145
População com 60 ou mais anos	19.645
Total	268.787

A baixa remuneração fez brotar um bairro embasado na autoconstrução, com residências muitas vezes erguidas em área de risco. A grande população e a falta de indústrias no local deram fama a Guaianases de "bairro-dormitório". As favelas representam um caso mais complexo. A maioria das ocupações irregulares data de décadas atrás e boa parte das moradias já é de alvenaria.

O perfil da clientela atendida evidencia pessoas desprovidas de boa educação, alimentação, diversão, qualificação profissional e sólida estruturação familiar. A comunidade é extremamente pobre, onde há baixa autoestima, autoconfiança e autonomia.

- ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

- ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

Parceria com a Associação Beneficente Nossa Senhora Aparecida de Itaquera, com a cessão de uso do espaço do Sítio do Vovô, em Santa Isabel.

* Salientamos que nos programas nem sempre é possível precisar o número de pessoas atendidas, sendo registrados apenas os atendimentos em algumas ações.

OUTROS CONVÊNIOS QUE CONTRIBUEM COM A REALIZAÇÃO DO TRABALHO:

Convênio filantrópico com o Externato Santa Terezinha com o objetivo de colaboração na execução dos serviços e programas desenvolvidos de acordo com o Plano de Ação, por meio de assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro.

Além de contarmos com mais 10 voluntários que nos auxiliaram na preservação e organização do ambiente como um todo, em especial da sede, contribuindo assim, com a melhoria da qualidade de nosso atendimento.

8.2 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0004-30

8.2.1 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: CIRCO SOCIAL

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

O Circo Social caracteriza-se como espaço de convivência e fortalecimento de vínculos, incrementado com atividades da arte circense. Desenvolve atendimento socioeducativo, no contra turno escolar, para crianças, adolescente e jovem de 6 a 17 anos e 11 meses em regime intermitente ou contínuo, a partir de interesses e potencialidades das diferentes faixas etárias. O trabalho deve ser pautado em ações socioeducativas que contribuam para prevenção de vivências de isolamento e situações de risco social, favoreçam experiências no desenvolvimento de sociabilidades e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ ***Objetivo Geral:***

Oferecer proteção social à criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, do protagonismo e da cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Resultados:***

- Crianças e adolescentes com acesso às políticas públicas, especialmente à assistência social, educação, saúde e cultura;
- Crianças e adolescentes inseridos nos Programas de Transferência de Renda (PTR) caso atendam o perfil;
- Crianças e adolescentes com vínculos sociais, comunitários e familiares mais fortalecidos;
- Crianças e adolescentes com vivência que favoreçam a ampliação do universo cultural de acordo com suas habilidades e talentos, no próprio serviço ou a rede socioassistencial;
- Crianças e adolescentes exercendo a cidadania e protagonismo juvenil;
- Famílias com possibilidades ampliadas quanto à capacidade protetiva de seus membros e de superação de dificuldades;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades.

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

O serviço funcionou de segunda a sexta-feira, por período de 8 horas diárias divididas em dois turnos de 4 horas, sendo das 7h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30.

Os usuários foram atendidos, diariamente, de segunda a sexta-feira, pelo período de 4 horas diárias, anterior ou posterior de sua frequência na escola regular. O funcionamento foi de 11 meses, com um mês de férias coletivas, divididas em dois períodos (10 dias em dezembro e 20 dias em julho).

Em janeiro, foi realizada a Faislândia (atividades especiais de férias para os usuários destes serviços e demais interessados da comunidade).

Ao longo do ano, houve atividades / eventos nos finais de semana, visando garantir a participação e aproximação da família.

▪ ***Forma de Acesso:***

Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e 11 meses, sendo pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, identificadas em situação de trabalho, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiências.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018 foram atendidas 1.736 crianças e adolescentes; sendo realizados 256.344 atendimentos e servidas 471.122 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a

participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/9/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Coordenadora	01	40 horas semanais	CLT
Assistente de coordenação	01	40 horas semanais	CLT
Assistente Social	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos Especializados I	20	40 horas semanais	CLT
Cozinheira	01	20 horas semanais	CLT
Auxiliar Administrativo	01	40 horas semanais	CLT
Agentes operacionais	14	40 horas semanais	CLT

Contamos ainda com 16 Voluntários (4 horas semanais, em média).

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência regional, visto estar situado ao lado de um terminal de ônibus, metrô e trem, atraindo participantes da região.

A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional³⁷	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76^a posição entre os distritos da cidade³⁸.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

³⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

³⁸ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:³⁹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁴⁰ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

³⁹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁴⁰ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento é contínuo com os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, pesquisas semestrais junto aos educandos por meio de entrevistas, questionários e/ou conversas individuais; acompanhamento frequente da participação das crianças e adolescentes nas atividades; verificação por meio de observação no desenvolvimento e rendimento dos educandos; registro de atendimento.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorrem reuniões com os usuários e suas famílias, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Circo Social Dom Bosco, para atendimento de 800 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 17 anos e 11 meses – Termo de Colaboração nº 249/SMADS/2015 – Processo nº 2015.0.298.329-6 (vigência até 31/12/2018).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.2.2 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PRODUTIVO (CEDESP)

▪ ***Descrição da Atividade realizada:***

Considerando o disposto na **Constituição Federal** do Brasil em seu, Inciso III do artigo 203; inciso III do artigo 15.º; a Lei 8.069/90 - **Estatuto da Criança e do Adolescente**, artigos 4.º, 68.º e 69.º, bem como, artigos 25.º e 26.º da **Lei Orgânica de Assistência Social**; art. 2º em seu inciso III da **Lei Orgânica do Município de São Paulo**, que trata da promoção e integração ao mercado de trabalho, a especificidade do serviço de qualificação e preparação para o mundo do trabalho.

Considerando a competência dos municípios nos projetos de enfrentamento da pobreza, previsto no PNAS como projetos de "Geração de Trabalho e Renda" e "Centro de Informação e Educação para o Trabalho, voltado para jovens e adultos"; que os serviços de Proteção Básica de Assistência social são aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade; e todos os aspectos supracitados e sendo de suma importância a criação, execução e acesso aos serviços que oportunizem o desenvolvimento social-humano, **de forma a garantir a segurança de sobrevivência**, de convivência e de acolhida; **socialização e desenvolvimento das capacidades para maior autonomia e protagonismo juvenil e das famílias.**

Considerando que todas as legislações pertinentes à assistência social tratam da necessidade de **desenvolvimento da autonomia**, com existência de serviços para esta finalidade e que a inexistência dos mesmos não possibilita o pleno cumprimento do que é preconizado legalmente, com vistas à possibilidade de **independência do usuário dos Programas de Transferência de Renda**, ocasionada pela **saída da linha da pobreza** em consequência da sua (re) **inserção produtiva.**

Considerando que **este serviço integra a Rede socioassistencial** da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo desde 1974, já **normatizado e aprovado, de forma ampla e democrática, pelo gestor e fiscalizador de Assistência Social na cidade** (SMADS-Secretaria Municipal de Assistência Desenvolvimento Social e COMAS- Conselho Municipal de Assistência Social).

A contribuição para a gestão plena do SUAS, por sua interlocução com a Rede Socioassistencial, em cumprimento ao disposto na tipificação nacional: “contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários; contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias; possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competência; promover apoio às

famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção; entre outros”.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Modalidade CEDESP atende pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social de 15 a 59 anos. É um espaço de referência para o desenvolvimento de ações socioeducativas para jovens e adultos. Visa ofertar proteção social para usuários em situação de vulnerabilidade e risco social por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assegurando espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social, oportunizando o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.

▪ ***Metodologia específica utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

O percurso formativo foi organizado por semestre, em três módulos. São eles: Módulo I - Convívio (cidadania, esportes, artes e alimentação), com oferta mínima de 120 horas para o período diurno e 80 horas para o período noturno, Módulo II - Mundo do Trabalho (orientação para o trabalho, matemática, inclusão digital, comunicação e expressão) e Módulo III: Formação Inicial e Continuada – FIC (atividades específicas de cada curso) que juntos perfazem um total de 440 horas para o período diurno e 330 horas para o período noturno.

A seguir, apresentaremos a descrição dos Módulos I: Convívio, Módulo II: Mundo do Trabalho e Módulo III: Formação Inicial e Continuada.

Módulo I: Convívio

Neste módulo ocorre a valorização da singularidade e da pluralidade dos usuários, suas necessidades, seus desejos e modos de ser, frente a sua condição socioeconômica e cultural, bem como suas formas particulares de interagir com os pares; a família e o meio social tornam as formas de sociabilidade dos usuários, prioridade para o desenvolvimento de ações socioeducativas.

Nas relações interpessoais os usuários desenvolvem a capacidade de ouvir o outro, de expressar, de exercitar a flexibilidade e a tolerância diante das diferenças, bem como de mediar conflitos, negociar e identificar interesses comuns, construir consensos, criar, projetar e assumir compromissos e atitudes fundamentais para a construção de um processo socioeducativo, que prioriza a construção de vínculos e o trabalho coletivo.

Conforme nos indica o Caderno “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” MDS/2013, estas situações podem ser nominadas como de convivência e devem ser oportunidades criadas e preparadas, onde a experiência é o foco de análise e entendimento. Desta forma, o convívio se dá por meio de encontros, de conversações e de fazeres, caracterizado por:

- Escuta;
- Exercício de escolhas;
- Tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo;
- Experiência de diálogo na resolução de conflitos e divergências;
- Reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas;
- Experiência de escolher e decidir coletivamente;

- Experiência de aprender e ensinar horizontalmente;
- Experiência de reconhecer e nominar suas emoções nas situações vividas;
- Experiência de reconhecer e respeitar a diferença.

Desta forma podemos entender que o conceito do fortalecimento de vínculos se configura como resultado do trabalho social, que gera vínculos fortalecidos, capazes de intervir nas situações de vulnerabilidades relacionais produzindo proteção socioassistencial.

A formação para a cidadania possibilita a sensibilização e o desenvolvimento de percepção dos usuários sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos, especialmente, sobre a condição juvenil; a apropriação dos direitos de cidadania e o reconhecimento de seus deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público.

O registro e a sistematização individual das vivências e aquisições de conhecimentos para a construção de um projeto orientador da trajetória de vida e profissional do usuário devem ser organizados na construção e elaboração do **Projeto de Vida – PV**. Esta elaboração é essencial para auxiliar nos ganhos de desenvolvimento do usuário atendido, e, ao final de seu acolhimento no serviço este deverá ter como resultado as seguintes aquisições:

- Conhecimento e informação sobre seus direitos civis, políticos e socioassistenciais;
- Conhecimento da realidade social, cultural, ambiental, política e do trabalho no território em que vivem;
- Promoção da saúde por meio de conhecimentos e informações sobre saúde sexual, DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e uso de drogas, desenvolvendo práticas de autocuidado e do cuidado com o outro;
- Acesso ao esporte, lazer e cultura;
- Convivência grupal, valorizando diversidade de opiniões e resolução negociada de conflitos;
- Responsabilidade em relação ao grupo familiar e à comunidade;
- Conhecimento das instâncias de denúncia e recursos em casos de violação de direitos;
- Autonomia e participação na vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres;
- Contribuição para a redução dos índices de violência entre os jovens; uso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, junto às outras políticas públicas.

Estão inseridas neste módulo, a acolhida e a oferta de alimentação balanceada, como momentos de convivência e de promoção da saúde.

Módulo II: Mundo do Trabalho

Neste módulo, a formação para o mundo do trabalho deve ser entendida como um processo vital e educativo para o usuário. O trabalho é um dos elementos que possibilitam a estrutura da identidade, uma vez que cria espaços de pertencimento social, é ainda organizador de práticas sociais específicas de caráter histórico e cultural, por meio das quais se constroem as condições de existência em sociedade.

Nesta perspectiva, o trabalho socioeducativo a ser realizado com os usuários deverá identificar o trabalho, suas concepções e suas relações, destacando sua importância na construção da história da sociedade, compreendendo: Trabalho e Ocupação; Etapas e Processos do trabalho; Empreendedorismo e Cooperativismo; Organização do trabalho e da produção. São trabalhadas também as competências necessárias às atividades de comunicação, raciocínio lógico e matemático, segurança e inclusão digital.

Assim, neste módulo, é possível, ao seu término, que o usuário adquira:

- aprendizado de técnicas de gestão e tomada de decisão;

- raciocínio lógico e capacidade de abstração;
- capacidade de redigir e compreender textos;
- maior iniciativa, sociabilidade e liderança;
- maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação;
- princípios de ética profissional;
- desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade argumentativa;
- reconhecimento de interesses e aptidões de formação profissional;
- inclusão tecnológica.

A concepção metodológica que apoia o desenvolvimento deste módulo está disposta no Traçado Metodológico do Projovem Adolescente, material produzido pelo MDS. A metodologia contida neste material visa o desenvolvimento integral dos usuários; abrange e articula as diversas dimensões de sua vida como indivíduo, como futuro profissional e como cidadão, e, também, visa promover a vivência de práticas socioeducativas que proporcionem a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao desenvolvimento de projetos de vida, individuais e coletivos, que sejam transformadores e comprometidos com o bem comum.

Módulo III: Formação Inicial e Continuada – FIC

Neste módulo é ofertado o curso de Formação inicial e Continuada – FIC, cuja centralidade é a realização de atividades e vivências que possibilitem a construção de habilidades, conhecimentos e atitudes necessários à inclusão dos usuários no mundo do trabalho, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. Este curso é caracterizado como Curso Livre e conforme a **LEI 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, o **DECRETO nº 5.154 de 23 de julho de 2004** e a **Deliberação CEE 14/97** (Indicação CEE 14/97 - SP).

Os cursos chamados **livres** permanecem dispensados de autorização do MEC e dos Conselhos Estaduais de Educação tanto para o funcionamento como para a certificação e, também, para a aprovação do conteúdo. A **Lei 5.154/04**, que regulamenta os artigos 36, 39, 40 e 41 **da lei 9.394/96 – LDB**, cita em seu **artigo 3º** :

"Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos."

A fim de se estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos e organização dos itinerários formativos dos cursos FIC desenvolvidos no CEDESP, é adotado o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, estabelecido pela Portaria nº 899 de 20 de setembro/2013 do MEC, disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/fic/> e, também, no site da SMADS na página da Proteção Básica. A escolaridade mínima exigida no referido curso, não é restritiva para a participação do usuário, podendo ser substituída por uma averiguação dos conhecimentos mínimos exigidos e, quando o curso FIC tiver carga horária acima de 280 horas para o período diurno e 220 horas, para o período noturno, o mesmo pode ser realizado ao longo de dois semestres.

Cada Eixo Tecnológico compreende uma gama de cursos que poderão ser escolhidos pelo CEDESP dentre as opções disponíveis no Guia Pronatec de Cursos FIC levando em consideração o interesse dos usuários, a sua infraestrutura física e a oferta de profissionais à disposição.

No referido Guia os cursos estão organizados segundo os eixos tecnológicos ao qual pertencem conforme o que segue:

1. Ambiente e Saúde

Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais. São características comuns deste eixo: a ética, a biossegurança, os processos de trabalho em saúde, os primeiros socorros, as políticas públicas ambientais e de saúde, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade que caracterizam a organização curricular destes cursos.

2. Controle e Processos Industriais

Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços. A proposição, implantação, intervenção direta ou indireta em processos, além do controle e avaliação das múltiplas variáveis encontradas no segmento produtivo, identificam este eixo. Traços marcantes deste eixo são: a abordagem sistemática da gestão da qualidade e produtividade, das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico-econômica, além de permanente atualização e investigação tecnológica.

3. Desenvolvimento Educacional e Social

Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições. Tradicionalmente, são funções que apoiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa intra e extraescolar. Os serviços de desenvolvimento educacional são realizados em espaços como: secretaria escolar, bibliotecas, manutenção de infraestrutura, cantinas, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas, brinquedotecas e outros espaços requeridos pela educação formal e não formal. Os serviços de desenvolvimento social vão além do espaço escolar e buscam a integração do indivíduo na sociedade, bem como melhoria de sua qualidade de vida. A organização curricular destes cursos contempla estudos de ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

4. Gestão e Negócios

Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação. Este eixo caracteriza-se pelas tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética. Destacam-se, na organização curricular destes cursos, estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

5. Informação e Comunicação

Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações. Especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação e, sobremaneira, a necessidade de constante atualização tecnológica constituem, de forma comum, as características deste eixo. O desenvolvimento de sistemas informatizados, desde a especificação de requisitos até os testes de implantação, bem como as tecnologias de comutação, transmissão, recepção de dados, podem constituir-se em especificidades deste eixo. Ressalte-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, raciocínio lógico, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, formando profissionais que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

6. Infraestrutura

Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infraestrutura. Abrangem obras civis, topografia, transporte de pessoas e bens, mobilizando, de forma articulada, saberes e tecnologias relacionadas ao controle de trânsito e tráfego, ensaios laboratoriais, cálculo e leitura de diagramas e mapas, normas técnicas e legislação. Características comuns deste eixo são: a abordagem sistemática da gestão da qualidade, ética, segurança, viabilidade técnico-econômica e sustentabilidade. Saliente-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, raciocínio lógico, formando técnicos que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

7. Produção Alimentícia

Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrangem ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos, presentes nessa elaboração ou industrialização. Inclui atividades de aquisição e otimização de máquinas e implementos, análise sensorial, controle de insumos e produtos, controle fitossanitário, distribuição e comercialização, relacionadas ao desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas e produtos de origem vegetal e animal. É essencial à organização curricular destes cursos: a ética, o desenvolvimento sustentável, o cooperativismo, a

consciência ambiental, o empreendedorismo, as normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

8. Produção Cultural e Design

Compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas. Abrangem atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais. Tais atividades exigem criatividade e inovação com critérios socioéticos, culturais e ambientais, otimizando os aspectos estético, formal, semântico e funcional, adequando-os aos conceitos de expressão, informação e comunicação, em sintonia com o mercado e as necessidades do usuário. Na organização curricular dos cursos deste eixo: a ética, o raciocínio lógico, o raciocínio estético, o empreendedorismo, as normas técnicas e educação ambiental são componentes fundamentais para a formação de técnicos que atuam em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

9. Produção Industrial

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contemplam programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas. É característica deste eixo a associação de competências da produção industrial relacionadas ao objeto da produção, na perspectiva de qualidade, produtividade, ética, meio ambiente e viabilidade técnico-econômica, além do permanente aprimoramento tecnológico. Ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, empreendedorismo, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, caracterizam a organização curricular destes cursos.

10. Recursos Naturais

Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social. Integra a organização curricular destes cursos: a ética, o desenvolvimento sustentável, o cooperativismo, a consciência ambiental, o empreendedorismo, as normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

11. Segurança

Compreendem tecnologias, infraestruturas e processos direcionados à prevenção, à preservação e à proteção dos seres vivos, dos recursos ambientais, naturais e do patrimônio que contribuam para a construção de uma cultura de paz, de cidadania e de direitos humanos nos termos da legislação vigente. O eixo vincula-se com as áreas de formação de profissionais de segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. Envolve a atuação em espaços públicos e privados. A organização curricular dos cursos propiciará a construção de perfil do egresso fundamentado em competências éticas, legais e técnicas contemplando, ainda, raciocínio

lógico, inteligência social, capacidade de diálogo, tolerância e atuação em equipes multi e interdisciplinares. Abrange, transversalmente, a Legislação Nacional e Internacional no que se refere aos direitos humanos e cidadania, primando pela dignidade da pessoa. A atuação nas carreiras públicas fica condicionada ao atendimento das normas específicas, notadamente, do concurso público.

12. Turismo, Hospitalidade e Lazer

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer. As atividades compreendidas neste eixo referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, todas integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, marketing e coordenação de equipes são elementos comuns deste eixo. São traços marcantes da organização curricular destes cursos: ética, educação ambiental, as normas técnicas e de segurança, a historicidade, o empreendedorismo, a redação técnica, além da capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade. Os materiais pedagógicos e acessórios necessários ao desenvolvimento dos módulos são diversos e específicos para cada módulo, contemplando também os materiais necessários à realização de feiras, eventos, exposições, projetos de conclusão de curso, atividades externas, dentre outros. Ressaltamos ainda que dada a relevância de equipamentos e instrumentais específicos ao desenvolvimento dos cursos, os custos de manutenção dos mesmos poderão ser indicados no elemento de despesa material pedagógico.

Objetivos e Conteúdos do Módulo III –FIC, cursos e eixos (CEDESP 8):

CEDESP 8 - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo.

Curso: Agente de Desenvolvimento Socioambiental – Eixo: Ambiente e Saúde

Objetivo Específico: Formar profissional apto a atuar na mediação entre os cidadãos e diversos segmentos da sociedade no planejamento e na implementação de projetos socioambientais.

Conteúdo:

- Conhecimento sobre meio ambiente e Sustentabilidade;
- Legislação Socioambiental;
- Avaliação de impacto ambiental e
- Projetos Socioambientais.

Curso: Aderecista – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional apto a criar, montar, transformar ou duplicar objetos alegóricos de indumentária carnavalesca seguindo orientações de cenógrafo e ou figurinista, utilizando – se de técnicas artísticas, artesanais e culturais.

Conteúdo:

- História do carnaval e suas origens;
- Seleção e organização de matéria prima;
- Criação de adereços para carnaval e
- Criação de adereços para carros alegóricos.

Curso: Agente Cultural – Eixo: Produção Cultural e Design

Objetivo Específico: Formar profissional apto a fomentar o resgate de conhecimento e saberes culturais locais, criando espaços para divulgação e valorização da comunidade, como forma de reafirmação de cultura local, valorização.

Conteúdo:

- Conhecimento de políticos culturais;
- Cultura internacional, nacional, regional e local;
- Projetos Socioculturais e
- Produções e eventos culturais.

Curso: Recreador – Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social

Objetivo Específico: Formar profissional apto a desenvolver novas habilidades e atitudes de liderança, para ampliar a capacidade de empregabilidade do participante.

Conteúdo:

- Conhecimento de recreação;
- Organização de programa recreativo;
- Recreação em eventos diversos;
- Construção de brinquedos e
- Técnicas e Brincadeiras.

Curso: Operador de Computador – Eixo: Informação e Comunicação

Objetivo Específico: Formar profissional apto a instalar, configurar e operar sistemas operacionais cliente, aplicativos de escritório e periféricos; organizar entrada e saída de dados em sistemas de informação, conforme procedimentos técnicos de qualidade e atento às normas e políticas de segurança da informação e de respeito à propriedade intelectual.

Conteúdo:

- Conhecimento do Sistema Operacional
- Conhecimento de aplicativos de escritório
- Instalação de periféricos
- Instalação de softwares
- Noções de hardware e internet

Curso: Cuidador de Idosos – Eixo: Ambiente e Saúde

Objetivo Específico: Realizar atividades e vivência que possibilitem à construção de habilidades, conhecimentos e atitudes necessários a inclusão dos usuários no mundo do trabalho, objetivando o desenvolvimento de aptidões para vida produtiva e social.

Conteúdo:

- Cuidar da higiene, conforto e alimentação do idoso, observando as possíveis alterações no estado geral. Zelar pela integridade física do idoso,
- Prestar primeiros socorros e
- Promover atividades de entretenimento.

▪ **Objetivo Geral:**

Propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã e contribuir para o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania.

▪ **Resultados obtidos a partir da atividade realizada:**

Em 2018 formaram-se 3.495 usuários, em ambas as unidades, tendo sido atingidos os seguintes resultados:

- Adolescentes, jovens e adultos com direito ao acesso ao serviço, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda;
- Adolescentes inseridos na rede formal de ensino;
- Adolescentes, jovens e adultos com convívio e vínculos mais fortalecidos;
- Adolescentes, jovens e adultos qualificados profissionalmente de acordo com a demanda do mercado de trabalho;
- Adolescentes, jovens e adultos com aptidões para vida produtiva e social desenvolvidas;
- Adolescentes, jovens e adultos com acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres;
- Adolescentes, jovens e adultos com relações mais fortalecidas resgatando a cidadania, autoestima, senso crítico e participação na vida pública;
- Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;
- Adolescentes, jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho formal ou desenvolvendo atividade empreendedora após a conclusão das atividades;
- Adolescentes, jovens e adultos com acesso a padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas.

▪ **Dia/Horário/Periodicidade:**

O atendimento foi feito de Segunda a Sexta-feira, em três horários: 7h30 às 11h30, 13h30 às 17h30 e 18h00 às 22h00, com turmas distintas. O funcionamento foi de 11 meses, com férias coletivas de um mês. Ao longo do ano, houve atividades / eventos nos finais de semana, visando garantir a participação e aproximação da família.

▪ **Forma de acesso:**

O acesso ao CEDESP se deu por meio da inclusão de pessoas encaminhadas pelo CRAS e CREAS de suas áreas de abrangência, de forma gratuita, contínua e planejada, conforme preconizado pelo SUAS ou por procura espontânea de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, validadas pelo CRAS de abrangência. Reiteramos que todos os serviços são conveniados com a SMADS. Este convênio prevê que as organizações sociais conveniadas podem fazer a inclusão de 40% dos usuários preferencialmente, do seu território, desde que sejam validados pelo técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, e deverão destinar 60% de sua capacidade de atendimento aos encaminhamentos realizados pelo CRAS de abrangência, conforme Resolução CIT nº 01/2009.

A demanda que acessou diretamente o serviço através de: procura espontânea, pelo encaminhamento da rede socioassistencial e demais políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia de direitos, pode fazer sua matrícula no serviço e, em seguida, foi encaminhada ao CRAS de abrangência para a inclusão do usuário no Cadúnico.

Para a inscrição, o usuário deve atender aos pré-requisitos necessários para a participação nos cursos FIC, no que diz respeito aos conhecimentos básicos de comunicação e expressão e raciocínio lógico, minimamente.

A inclusão dos usuários deve também respeitar a data de início das atividades do semestre e os casos excepcionais serão avaliados pelo gestor do CEDESP, em conjunto com o técnico supervisor do serviço, para a possibilidade de inclusão, desde que não haja prejuízo para o desenvolvimento do usuário e das atividades como um todo.

▪ ***Público Alvo:***

Adolescentes, jovens e adultos, de 15 a 59 anos e onze meses, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiência, desde que em condições mínimas de participação nas atividades do curso escolhido.

▪ ***Número total de atendidos em 2018:***

Atendimento diário de 160 adolescentes e jovens conveniados com SMADS, de forma gratuita. O atendimento total do ano de 2018 está totalizado com a outra unidade, visto tratar-se de um mesmo serviço, sendo: atendidos 5.168 jovens e adultos; realizados 457.918 atendimentos e servidas 842.384 refeições; tendo, ao longo do ano, 11.749 inscritos para os cursos oferecidos e 3.495 formados. Na outra unidade sede, há 1.720 jovens e adultos em atendimento diário. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 1193). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente

ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

- Recursos Humanos

- **CEDESP 8:**

- 01 Gerente de Serviço II (40 horas semanais)

- 01 Assistente Social (30 horas semanais)

- 05 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (40 horas semanais)

- 02 Técnicos Especializados I capacitados para ministrar as atividades Módulos I, II e III (20 horas semanais)

- 01 Auxiliar de Escritório (40 horas semanais)

- 01 Cozinheiro (40 horas semanais)

- 04 Agentes Operacionais (40 horas semanais)

- Todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

- ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência regional.

Devido à diversidade de cursos, eles são procurados por pessoas de vários bairros.

A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁴¹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁴².

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

⁴¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁴² <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experimentar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁴³

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁴⁴ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas

⁴³ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁴⁴ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Centro de Desenvolvimento Social Produtivo Dom Bosco 8, para atendimento de 160 jovens e adultos – Termo de Colaboração nº 245/SMADS/2015 – Processo nº 2015.0.0.298.345-8 (vigência até 31/12/20).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.2.3 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE)

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

Atendimento, de forma articulada com as políticas públicas, de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, tendo em vista a construção do projeto de vida, em consonância com os preceitos estabelecidos nas leis normativas, a Constituição Federal /88, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, bem como o Projeto Político Pedagógico Institucional.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que

se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Oferecer acompanhamento social ao adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou de Prestação de serviços à Comunidade.

▪ **Resultados:**

- Adolescentes com acesso às políticas públicas, especialmente à assistência social, educação, saúde e cultura;
- Adolescentes inseridos nos Programas de Transferência de Renda (PTR) caso atendam o perfil;
- Adolescentes com condições para iniciarem a construção de projeto de vida que vise à ruptura com a prática do ato infracional;
- Adolescentes e jovens estabelecendo metas sobre o trabalho a ser desenvolvido para o cumprimento da medida socioeducativa de acordo com o termo judicial;
- Adolescentes e jovens com vínculos sociais, comunitários e familiares mais fortalecidos;
- Adolescentes e jovens com vivência que favoreçam a ampliação do universo cultural de acordo com suas habilidades e talentos, no próprio serviço ou a rede socioassistencial;
- Adolescentes e jovens exercendo a cidadania e protagonismo juvenil;
- Adolescentes e jovens com iniciação e/ou habilitação profissional.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

O atendimento se deu em encontros semanais ou quinzenais com os adolescentes, visitas às famílias, grupos de reflexão e acompanhamento das atividades para as quais foram encaminhados. A equipe técnica trabalhou de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e 13h às 17h, realizando plantões uma vez por mês, aos sábados, no período da manhã; sendo agendados os atendimentos previamente e atendimento imediato em casos especiais, de urgência.

Ao longo do ano, houve atividades/eventos nos finais de semana, visando garantir a participação e aproximação da família.

▪ **Forma de Acesso:**

Encaminhamento das Varas Especiais da Infância e Juventude e do Departamento de Execuções da Infância e da Juventude - DEIJ.

▪ **Público-alvo:**

Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade assistida e/ou de Prestação de Serviços à Comunidade.

Excepcionalmente, jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços a Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pelas Varas Especiais da Infância e Juventude e/ ou Departamento de Execuções da Infância e Juventude – DEIJ.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018, foram atendidos 303 adolescentes; sendo realizados 16.463 atendimentos e servidas 1.412 refeições, além de disponibilidade diária de lanche no atendimento. Todos de forma gratuita.

Quanto ao detalhamento, foram atendidos, no ano de 2018, 43 adolescentes em Prestação de Serviço à Comunidade, 167 adolescentes em Liberdade Assistida e 93, nas duas medidas; totalizando 282 atendidos.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra referência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerente de Serviço I	01	40 horas semanais	CLT
Técnicos de Medida Socioeducativa	06	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	02	30 horas semanais	CLT
Auxiliares administrativos	02	40 horas semanais	CLT
Agente Operacional	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, tivemos 10 Voluntários (4 horas semanais, em média).

Este serviço conta com oficinairos para desenvolvimento de oficinas com os adolescentes, contratados por no máximo três meses cada um e prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital, abrangendo os distritos de Itaquera e José Bonifácio, no bairro de Itaquera.

A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do



objeto da parceria: Itaquera



Prefeitura Regional ⁴⁵	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
	Itaquera	14,60	204.871	14.032
Cidade Líder	10,20	126.597	12.411	
José Bonifácio	14,10	124.122	8.803	
Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432	
TOTAL	54,30	523.848	9.647	

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁴⁶.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de 2008 pela Folha de São Paulo.

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

⁴⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁴⁶ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁴⁷

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁴⁸ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

⁴⁷ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁴⁸ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

Os representantes dos usuários e seus familiares compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento é contínuo com os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

Convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para atendimento de 120 adolescentes – Termo de Convênio nº 037/SMADS/2015 – Processo 2015.0.047.962-0 (vigência até 31/05/2020).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.2.4 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

Propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que

se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Preparar e favorecer a todos que frequentam esses espaços, a formação e responsabilidade diante do mundo tecnológico.

▪ **Resultados:**

- Adolescentes, jovens e adultos com convívio e vínculos mais fortalecidos;
- Adolescentes, jovens e adultos qualificados profissionalmente de acordo com a demanda do mercado de trabalho;
- Adolescentes, jovens e adultos com aptidões para vida produtiva e social desenvolvidas;
- Adolescentes, jovens e adultos com acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres;
- Adolescentes, jovens e adultos com relações mais fortalecidas resgatando a cidadania, auto-estima, senso crítico e participação na vida pública;
- Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;
- Adolescentes, jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho formal ou desenvolvendo atividade empreendedora após a conclusão das atividades.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executamos pela organização, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

Crianças, adolescentes, jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018, foram atendidos 843 jovens e adultos; sendo realizados 18.320 atendimentos e servidas 1440 refeições. Todos de forma gratuita.

- Telecentros 1 (Parceira: SMPP – Secretaria Municipal de Participação e Parceria): 2ª feira a sexta, das 9h00 às 17h00 e sábado das 9h às 13h, todos os meses do ano.

- Curso de Moda (Parceiro: Academia Burda / Ministério da Cultura): 2ª a 6ª, das 8h às 12h e 14h às 17h, sendo duas turmas de manhã e duas turmas à tarde.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 1193). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Agentes de Inclusão Digital (Telecentros)	02	40 horas semanais	CLT

Os demais atendimentos são realizados diretamente pelos parceiros, com quadro de recursos humanos próprio, cabendo-nos apenas o acompanhamento e cessão do espaço.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do Itaquera

objeto da parceria:



	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
Prefeitura Regional⁴⁹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁵⁰.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

⁴⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁵⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁵¹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁵² com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em

⁵¹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁵² Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Convênios com a Secretaria Municipal de Participação e Parceria, Órgão do Poder Executivo Municipal, com repasse de recursos de origem municipal a seguir:

- Telecentro Comunitário, para atendimento ao Plano de Inclusão Digital –Telecentro 1 – Termo de Convênio nº 44/2014-SES-CCCD – Processo nº 2014.0.130.902-6 (vigência até 27/06/19).

Parceria com a Academia Burda para a realização do curso de Costura.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.2.5 – PROGRAMA DE SAÚDE SOCIOCOMUNITÁRIA

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Desenvolvimento de atividades socioeducativas que oportunizem o conhecimento do corpo, dos cuidados com a saúde e os caminhos necessários para acesso à rede.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Promover qualidade de vida por meio de cuidados com a saúde e oportunizar o acesso de educandos e suas famílias aos serviços básicos da saúde, em articulação com a rede.

▪ **Resultados:**

- Crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias em geral, com direito ao acesso para encaminhamentos médico e ambulatorial.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários.

- Casa do Adolescente (Parceira: SMS – Secretaria Municipal de Saúde) ofereceu atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, todos os meses do ano.

Este programa é realizado diretamente pelos parceiros, nós apenas oportunizamos a participação dos usuários e disponibilizamos os espaços.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executados pela organização, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

Adolescentes, jovens, adultos e famílias em geral, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiência.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018, foram 4.932 atendimentos. Todos de forma gratuita.



▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas

respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).



Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



Prefeitura Regional ⁵³	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
		Itaquera	14,60	204.871
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁵⁴.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

⁵³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁵⁴ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experimentar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁵⁵

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁵⁶ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas

⁵⁵ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁵⁶ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros, aplicação de questionários.

- ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

Parceria com a Secretaria Municipal da Saúde.

- ***Recursos Humanos:***

Todos os atendimentos são realizados pelos parceiros.

8.3 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0005-11 (AÇÃO SOCIAL S. JOSÉ)

8.3.1 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CCA) – UNIDADE SÃO JOSÉ

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de atividades socioeducativas, no horário de contra turno escolar, para criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Oferecer proteção social à criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, do protagonismo e da cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes com acesso às políticas públicas, especialmente à assistência social, educação, saúde e cultura;
- Crianças e adolescentes inseridos nos Programas de Transferência de Renda (PTR) caso atendam o perfil;
- Crianças e adolescentes com vínculos sociais, comunitários e familiares mais fortalecidos;
- Crianças e adolescentes com vivência que favoreçam a ampliação do universo cultural de acordo com suas habilidades e talentos, no próprio serviço ou na rede socioassistencial;
- Crianças e adolescentes exercendo a cidadania e protagonismo juvenil;
- Famílias com possibilidades ampliadas quanto à capacidade protetiva de seus membros e de superação de dificuldades;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, por período de 8 horas diárias divididas em dois turnos de 4 horas, sendo das 7h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30.

Os usuários foram atendidos, diariamente, de segunda a sexta-feira, pelo período de 4 horas diárias, anterior ou posterior de sua frequência na escola regular. O funcionamento foi de 11 meses, com férias coletivas de um mês.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

- Centro para Crianças de 6 a 11 anos e 11 meses;
- Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses.

Sendo crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiências.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018 foram atendidas 263 crianças e adolescentes; sendo realizados 42.342 atendimentos e servidas 78.161 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital, abrangendo especialmente o distrito de José Bonifácio, no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

**Região de execução do
Itaquera**



objeto da parceria:



Prefeitura Regional ⁵⁷	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
	Itaquera	14,60	204.871	14.032
Cidade Líder	10,20	126.597	12.411	
José Bonifácio	14,10	124.122	8.803	
Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432	
TOTAL	54,30	523.848	9.647	

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁵⁸.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de 2008 pela Folha de São Paulo.

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

⁵⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁵⁸ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁵⁹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁶⁰ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

⁵⁹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁶⁰ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.



O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção e desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/9/1993). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento é contínuo com os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, pesquisas semestrais junto aos educandos por meio de entrevistas, questionários e/ou conversas individuais; acompanhamento frequente da participação das crianças e adolescentes nas atividades; verificação por meio de observação no desenvolvimento e rendimento dos educandos; registro de atendimento.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorrem reuniões com os usuários e suas famílias, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerente de Serviço I	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Técnicos	01	40 horas semanais	CLT
Agentes Operacionais	04	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	03	40 horas semanais	CLT
Auxiliares Administrativos	01	40 horas semanais	CLT
Cozinheiras	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, contamos com 07 Voluntários (4 horas semanais, em média).

Este serviço conta com oficinairos para desenvolvimento de oficinas com os adolescentes, contratados por no máximo três meses cada um. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):**

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Centro para Crianças e Adolescente São José, para atendimento de 180 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 14 anos e 11 meses – Termo de Convênio nº 131/SMADS/2013 – Processo nº 2013.0.004.041.2 (vigência até 30/06/18); Termo de Colaboração nº 304/SMADS/2018 – Processo nº 6024.0003039-3 (vigência: de 01/07/18 até 30/06/23).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.



8.4 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0007-83 (AÇÃO SOCIAL S. ANTONIO)

8.4.1 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CCA) – UNIDADE SANTO ANTÔNIO

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de atividades socioeducativas, no horário de contra turno escolar, para criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Oferecer proteção social à criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, do protagonismo e da cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes com acesso às políticas públicas, especialmente à assistência social, educação, saúde e cultura;
- Crianças e adolescentes inseridos nos Programas de Transferência de Renda (PTR) caso atendam o perfil;
- Crianças e adolescentes com vínculos sociais, comunitários e familiares mais fortalecidos;
- Crianças e adolescentes com vivência que favoreçam a ampliação do universo cultural de acordo com suas habilidades e talentos, no próprio serviço ou na rede socioassistencial;
- Crianças e adolescentes exercendo a cidadania e protagonismo juvenil;
- Famílias com possibilidades ampliadas quanto à capacidade protetiva de seus membros e de superação de dificuldades;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, por período de 8 horas diárias divididas em dois turnos de 4 horas, sendo das 7h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30.

Os usuários foram atendidos, diariamente, de segunda a sexta-feira, pelo período de 4 horas diárias, anterior ou posterior de sua frequência na escola regular. O funcionamento foi de 11 meses, com férias coletivas de um mês.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

- Centro para Crianças de 6 a 11 anos e 11 meses;
- Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses.

Sendo crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiências.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018 foram atendidas 104 crianças e adolescentes; sendo realizados 16.245 atendimentos e servidas 15.218 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente

ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtd e.	Carga Horária	Vínculo
Gerente de Serviço I	01	40 horas semanais	CLT
Assistente Técnico	01	40 horas semanais	CLT
Agentes Operacionais	02	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	01	40 horas semanais	CLT
Cozinheiras	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, contamos com 01 Voluntário (4 horas semanais, em média).

Este serviço conta com oficinairos para desenvolvimento de oficinas com os adolescentes, contratados por no máximo três meses cada um. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital, abrangendo especialmente o distrito de Itaquera, no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁶¹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁶².

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

⁶¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁶² <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁶³

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁶⁴ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da

⁶³ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁶⁴ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento é contínuo com os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, pesquisas semestrais junto aos educandos por meio de entrevistas, questionários e/ou conversas individuais; acompanhamento frequente da participação das crianças e adolescentes nas atividades; verificação por meio de observação no desenvolvimento e rendimento dos educandos; registro de atendimento.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorrem reuniões com os usuários e suas famílias, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:



- Centro para Crianças e Adolescente Santo Antônio, para atendimento de 60 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 14 anos e 11 meses – Termo de Convênio nº 195/SMADS/2013 – Processo nº 2013.0.004.047.1 (vigência até 31/03/18); Termo de Colaboração nº 366/SMADS/2018 – Processo nº 6024.2017/0003041-5 (vigência: 01/04/18 a 31/03/23).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.



8.5 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0010-89 (AÇÃO SOCIAL IR. SUZANA)

8.5.1 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CCA) – UNIDADE N. SRA APARECIDA

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de atividades socioeducativas, no horário de contra turno escolar, para criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Oferecer proteção social à criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, do protagonismo e da cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes com acesso às políticas públicas, especialmente à assistência social, educação, saúde e cultura;
- Crianças e adolescentes inseridos nos Programas de Transferência de Renda (PTR) caso atendam o perfil;
- Crianças e adolescentes com vínculos sociais, comunitários e familiares mais fortalecidos;
- Crianças e adolescentes com vivência que favoreçam a ampliação do universo cultural de acordo com suas habilidades e talentos, no próprio serviço ou na rede socioassistencial;
- Crianças e adolescentes exercendo a cidadania e protagonismo juvenil;
- Famílias com possibilidades ampliadas quanto à capacidade protetiva de seus membros e de superação de dificuldades;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, por período de 8 horas diárias divididas em dois turnos de 4 horas, sendo das 7h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30.

Os usuários foram atendidos, diariamente, de segunda a sexta-feira, pelo período de 4 horas diárias, anterior ou posterior de sua frequência na escola regular. O funcionamento foi de 11 meses, com férias coletivas de um mês.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

- Centro para Crianças de 6 a 11 anos e 11 meses;
- Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses.

Sendo crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiências.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018 foram atendidas 310 crianças e adolescentes; sendo realizados 50.208 atendimentos e servidas 93.432 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente

ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionais.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtd e.	Carga Horária	Vínculo
Gerente de Serviço I	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Técnicos	01	40 horas semanais	CLT
Agentes Operacionais	04	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	03	40 horas semanais	CLT
Orientador Socioeducativo	01	20 horas semanais	CLT
Auxiliares Administrativos	01	40 horas semanais	CLT
Cozinheiras	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, contamos com 10 Voluntários (4 horas semanais, em média).

Este serviço conta com oficinairos para desenvolvimento de oficinas com os adolescentes, contratados por no máximo três meses cada um. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital, abrangendo especialmente o distrito de Itaquera, no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁶⁵	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁶⁶.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

⁶⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁶⁶ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experimentar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁶⁷

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁶⁸ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas

⁶⁷ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁶⁸ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento é contínuo com os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, pesquisas semestrais junto aos educandos por meio de entrevistas, questionários e/ou conversas individuais; acompanhamento frequente da participação das crianças e adolescentes nas atividades; verificação por meio de observação no desenvolvimento e rendimento dos educandos; registro de atendimento.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorrem reuniões com os usuários e suas famílias, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Centro para Crianças e Adolescentes N. Sra. Aparecida, para atendimento de 210 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 14 anos e 11 meses – Termo de Convênio nº



136/SMADS/2013 – Processo nº 2013.0.004.049-8 (vigência até 30/06/18); Termo de Colaboração nº 387/SMADS/2018 – Processo nº 6024.2017/0003029-6 (vigência: de 01/08/18 até 31/03/18).

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.



8.6 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0008-64 (AÇÃO SOCIAL B. PASTOR)

8.6.1 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – MODALIDADE: CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CCA) – UNIDADE BOM PASTOR

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de atividades socioeducativas, no horário de contra turno escolar, para criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Oferecer proteção social à criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, do protagonismo e da cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes com acesso às políticas públicas, especialmente à assistência social, educação, saúde e cultura;
- Crianças e adolescentes inseridos nos Programas de Transferência de Renda (PTR) caso atendam o perfil;
- Crianças e adolescentes com vínculos sociais, comunitários e familiares mais fortalecidos;
- Crianças e adolescentes com vivência que favoreçam a ampliação do universo cultural de acordo com suas habilidades e talentos, no próprio serviço ou na rede socioassistencial;
- Crianças e adolescentes exercendo a cidadania e protagonismo juvenil;
- Famílias com possibilidades ampliadas quanto à capacidade protetiva de seus membros e de superação de dificuldades;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades.

▪ **Dia / Horário / Periodicidade:**

O serviço funcionará de segunda a sexta-feira, por período de 8 horas diárias divididas em dois turnos de 4 horas, sendo das 7h30 às 11h30 e 13h30 às 17h30.

Os usuários foram atendidos, diariamente, de segunda a sexta-feira, pelo período de 4 horas diárias, anterior ou posterior de sua frequência na escola regular. O funcionamento foi de 11 meses, com férias coletivas de um mês.

▪ **Forma de Acesso:**

Demanda encaminhada e/ou validada pelo CRAS de abrangência, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ **Público-alvo:**

- Centro para Crianças de 6 a 11 anos e 11 meses;
- Centro para Adolescentes de 12 a 14 anos e 11 meses.

Sendo crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, vítimas de violência doméstica, exploração e abuso sexual e pessoas com deficiências.

▪ **Quantidade de Pessoas Atendidas:**

Em 2018 foram atendidas 239 crianças e adolescentes; sendo realizados 44.695 atendimentos e servidas 78.246 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ **Interlocução com CRAS e CREAS:**

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente

ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionais.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerente de Serviço I	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Técnicos	01	40 horas semanais	CLT
Agentes Operacionais	04	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	03	40 horas semanais	CLT
Auxiliares Administrativos	01	40 horas semanais	CLT
Cozinheiras	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, contamos com 01 Voluntário (4 horas semanais, em média).

Este serviço conta com oficinairos para desenvolvimento de oficinas com os adolescentes, contratados por no máximo três meses cada um. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital, abrangendo os distritos de Itaquera e/ou José Bonifácio, no bairro de Itaquera.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital, abrangendo especialmente o distrito de José Bonifácio, no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁶⁹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁷⁰.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

⁶⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁷⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁷¹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁷² com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

⁷¹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁷² Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento é contínuo com os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, pesquisas semestrais junto aos educandos por meio de entrevistas, questionários e/ou conversas individuais; acompanhamento frequente da participação das crianças e adolescentes nas atividades; verificação por meio de observação no desenvolvimento e rendimento dos educandos; registro de atendimento.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorrem reuniões com os usuários e suas famílias, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Centro para Crianças e Adolescente Bom Pastor, para atendimento de 180 crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 14 anos e 11 meses – Termo de Convênio nº 167/SMADS/2014 – Processo nº 2014.0.225.355.5 (vigência até 27/10/19).



Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.6.2 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA

- ***Descrição da Atividade Realizada:***
Propiciar o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo social e da formação cidadã.
- ***Metodologia Utilizada:***
A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.
- ***Objetivo Geral:***
Preparar e favorecer a todos que frequentam esses espaços, a formação e responsabilidade diante do mundo tecnológico.
- ***Resultados:***
 - Adolescentes, jovens e adultos com convívio e vínculos mais fortalecidos;
 - Adolescentes, jovens e adultos qualificados profissionalmente de acordo com a demanda do mercado de trabalho;
 - Adolescentes, jovens e adultos com aptidões para vida produtiva e social desenvolvidas;
 - Adolescentes, jovens e adultos com acesso e conhecimento sobre seus direitos e deveres;
 - Adolescentes, jovens e adultos com relações mais fortalecidas resgatando a cidadania, auto-estima, senso crítico e participação na vida pública;
 - Famílias participando do processo educativo dos adolescentes, jovens e adultos;
 - Adolescentes, jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho formal ou desenvolvendo atividade empreendedora após a conclusão das atividades.
- ***Dia / Horário / Periodicidade:***
Ao longo do ano, houve atividades em dias e horários alternados | variados, visando garantir a participação dos usuários.
- ***Forma de Acesso:***
Demanda encaminhada e/ou validada pelos Serviços e Programas executamos pela organização, bem como acesso ao serviço através de procura espontânea; encaminhamento da rede

socioassistencial, e outras políticas públicas, por meio dos órgãos do sistema de garantia dos direitos.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças, adolescentes, jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade e risco social, em cumprimento de medidas socioeducativas, com fragilidade de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidos 133 adolescentes e jovens; sendo realizados 2.394 atendimentos e servidas 133 refeições. Todos de forma gratuita.

- Curso de Varejo do Coletivo Dom Bosco (Parceiro: Instituto Coca Cola): 2ª a 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, de fevereiro a dezembro, com atividades para duas turmas por período, duas vezes por semana.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

Embora este Programa não esteja na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Portarias Municipais, o serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

Este programa articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Programa de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele

realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Orientador Socioeducativo (Coletivo)	01	40 horas semanais	CLT

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁷³	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁷⁴.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de 2008 pela Folha de São Paulo.

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta

⁷³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁷⁴ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁷⁵

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁷⁶ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

- **Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:**

⁷⁵ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁷⁶ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

O programa oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação.

O sistema de monitoramento e avaliação acontecerá por meio de reuniões, encontros e/ou aplicação de questionários.

- ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Parceria com o Instituto Coca Cola para a realização do Curso de Varejo do Projeto Coletivo Dom Bosco.

Endossamos que não há e/ou não houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.7 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0006-00 (AÇÃO SOCIAL MAMÃE MARGARIDA)

8.7.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE MAMÃE MARGARIDA

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Esta unidade de serviço foi encerrada no dia 31/03/2018, devido às dificuldades de manutenção do mesmo, dada a especificidade do atendimento. O processo de encerramento e transição para outra gestão do equipamento foi feito de forma planejada e tranquila.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ ***Objetivo Geral:***

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ ***Resultados:***

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;



- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;
- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;
- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia | Horário | Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 21 crianças e adolescentes; sendo realizados 1.411 atendimentos e servidas 4.632 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de



direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos de Acolhimento – Psicólogos	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	10	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Em situações específicas são contratados mais profissionais para o atendimento das crianças e adolescentes, quando há o atendimento de bebês e deficientes. Em função disto, neste ano, tivemos mais 02 Orientadores Socioeducativos (Regime de Plantão: 12 x36), todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

Além disto, foram realizadas ações voluntárias com diversos parceiros não fixos.

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. Esta unidade é no bairro de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁷⁷	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

⁷⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁷⁸.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de 2008 pela Folha de São Paulo.

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁷⁹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares

⁷⁸ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

⁷⁹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁸⁰ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

⁸⁰ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento Mamã Margarida, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 364/SMADS/2013 – Processo nº 2013.0.004.279.2 (vigência até 31/03/18).

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.8 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0016-74 (AÇÃO SOCIAL MADRE MAZZARELLO)

8.7.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE MADRE MAZZARELLO

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ ***Objetivo Geral:***

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ ***Resultados:***

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;
- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;
- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;

- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia | Horário | Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 63 crianças e adolescentes; sendo realizados 5.846 atendimentos e servidas 22.112 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.



A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra referência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos de Acolhimento – Psicólogos	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	14	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, tivemos 03 Voluntários (4 horas semanais, em média) e foram realizadas ações voluntárias com diversos parceiros não fixos.

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. Esta unidade é no bairro de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do Itaquera



objeto da parceria:

	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁸¹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁸².

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

⁸¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁸² <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.



CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁸³

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁸⁴ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

⁸³ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁸⁴ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento Madre Mazzarello, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 390/SMADS/2013 – Processo nº 2012.0.294.060.5 (vigência até 30/04/18); Termo de Colaboração nº 171/SMADS/2018 – Processo nº 6024.2018/0000271-5 (vigência: de 01/05/18 até 30/04/23).

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.



8.9 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0009-45 (AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA)

8.9.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE N. SRA. AUXILIADORA

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ ***Objetivo Geral:***

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ ***Resultados:***

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;
- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;
- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;

- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia | Horário | Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 56 crianças e adolescentes; sendo realizados 9.706 atendimentos e servidas 27.480 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos de Acolhimento – Psicólogos	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	14	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, tivemos 01 Voluntário (4 horas semanais, em média) e foram realizadas ações voluntárias com diversos parceiros não fixos.

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. Esta unidade é no bairro de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



Prefeitura Regional ⁸⁵	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁸⁶.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735

⁸⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

⁸⁶ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁸⁷

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁸⁸ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em

⁸⁷ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

⁸⁸ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento Nossa Senhora Auxiliadora, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 399/SMADS/2013 – Processo nº 2012.0.294.054.0 (vigência até 30/04/18); Termo de Colaboração nº 193/SMADS/2018 – Processo nº 6024.2018/0000274-0 (vigência: de 01/05/18 até 30/04/23).

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.10 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0013-21 (AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA APARECIDA)

8.10.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE N. SRA. APARECIDA

▪ ***Descrição da Atividade Realizada:***

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

▪ ***Metodologia Utilizada:***

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ ***Objetivo Geral:***

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ ***Resultados:***

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;
- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;

- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 38 crianças e adolescentes; sendo realizados 12.813 atendimentos e servidas 29.340 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/9/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais

apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qt de.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos de Acolhimento – Psicólogos	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	14	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, foram realizadas ações voluntárias com diversos parceiros não fixos.

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. Esta unidade é no bairro de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo.



A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁸⁹	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

⁸⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁹⁰.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁹¹

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares

⁹⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

⁹¹ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁹² com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

⁹² Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento Nossa Senhora Aparecida, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 034/SMADS/2013 – Processo nº 2012.0.294.070.2 (vigência até 31/12/18).

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.11 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0014-02 (AÇÃO SOCIAL IRMÃ MARIA)

8.11.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE IRMÃ MARIA

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Esta unidade de serviço foi encerrada no dia 01/02/2018, devido às dificuldades de manutenção do mesmo, dada a especificidade do atendimento. O processo de encerramento e transição para outra gestão do equipamento foi feito de forma planejada e tranquila.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;



- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;
- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 26 crianças e adolescentes; sendo realizados 586 atendimentos e servidas 1.860 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades

desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/9/88). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assumam sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos de Acolhimento – Psicólogos	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	10	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Em situações específicas são contratados mais profissionais para o atendimento das crianças e adolescentes, quando há o atendimento de bebês e deficientes. Em função disto, neste ano, tivemos mais 02 Orientadores Socioeducativos (Regime de Plantão: 12 x36), todos contratados em regime celetista (com carteira assinada).

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ ***Abrangência Territorial:***

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital. Esta unidade é no bairro de Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

**Região de execução do
Itaquera**

objeto da parceria:



	Distritos	Área (km²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km²)
Prefeitura Regional⁹³	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

⁹³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76ª posição entre os distritos da cidade⁹⁴.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743
- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:⁹⁵

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares

⁹⁴ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

⁹⁵ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf



no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras⁹⁶ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

⁹⁶ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento Irmã Maria, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 310/SMADS/2013 – Processo nº 2013.0.004.210.5 (vigência até 31/03/18, sendo encerrado em 01/02/18, com solicitação 60 dias antes);

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.12 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0011-60 (AÇÃO SOCIAL IRMÃO GENÉSIO)

8.12.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE IRMÃO GENÉSIO

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;
- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;
- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;

- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia | Horário | Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 38 crianças e adolescentes; sendo realizados 16.589 atendimentos e servidas 25.768 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnico de Acolhimento – Psicólogo	01	40 horas semanais	CLT
Técnico de Acolhimento – Pedagogo	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	14	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, foram realizadas ações voluntárias com diversos parceiros não fixos.

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência regional.

Esta unidade de atendimento é em Guaianases, zona leste da cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos, visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Guaianazes, composto pelos distritos de Lajeado e Guaianazes, apresenta uma população de 268.508 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do Guaianazes



objeto da parceria:

	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
Prefeitura Regional ⁹⁷ Guaianazes	Lajeado	9,20	103.996	12.093
	Guaianazes	8,60	164.512	17.882
	TOTAL	17,80	268.508	15.085

Guaianazes já foi apontado como um dos bairros mais precários da cidade, ao lado de [Jardim Ângela](#), [Grajaú](#), [Pedreira](#), [Jardim São Luís](#) e [Jardim Helena](#).⁹⁸ Na ocasião, o distrito agrupava a região de Cidade Tiradentes, uma das regiões mais carentes da cidade. Região que, por muitos anos, fora esquecida pelas autoridades, com muitas favelas e bairros periféricos.

Segundo dados da [Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados](#) (Fundação SEADE), no ano 2010, 60,2% dos chefes de família do distrito recebiam, no máximo, três [salários-mínimos](#). Mais de 15% dos 400 mil moradores viviam em regiões invadidas ([favelas](#)), número mais alto que o município como um todo: 11%. A [taxa](#) de [analfabetismo](#) é de 7,7% quando a média da cidade é de 4,88% e as taxas de defasagem escolar também são altas, muito embora não faltem vagas nas escolas municipais da região, segundo dados da Administração.⁹⁹

As favelas representam um caso mais complexo. A maioria das ocupações irregulares data de décadas atrás e boa parte das moradias já é de [alvenaria](#). A solução seria, de acordo com a subprefeitura local, regularizar os espaços, especialmente no extremo do Jardim São Paulo, Fazenda Santa Etelvina e Passagem Funda.

As condições sociais favorecem a violência. Outra pesquisa da Fundação SEADE divulgada em 2004 colocou Guaianases entre os distritos com maior número de homicídios da capital, superando 85 para cada grupo de 100 mil habitantes (Considerando-se mortos dos distritos de Cidade Tiradentes e Lajeado). A média de São Paulo ficou em 47, e os distritos menos violentos registraram números abaixo de 7 homicídios.

⁹⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Guaianazes - consulta em 05/01/2018.

⁹⁸ Mapeamento das regiões mais vulneráveis da capital, CEM (Centro de Estudos da Metrópole) da [USP](#). 2003 - consulta em 05/01/2018.

⁹⁹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guaianases> - consulta em 05/01/2018.



Segundo informações do Programa Cidades Sustentáveis¹⁰⁰, o bairro de Guaianazes apresenta:

- 6,47% de domicílios em favelas, sobre o total de domicílios da região;
- 2,71% de internações de crianças de 0 a 14 anos por causas relacionadas a possíveis agressões, por 10 mil crianças nessa faixa etária;
- 16,24% é o percentual de nascidos vivos, cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes no bairro;
- 78,1% de mortes por homicídio, na faixa etária de 15 a 29 anos, por 100 mil habitantes: 78,1%
-

A região conta com distritos mais desenvolvidos, como a região central, e o Jardim São Paulo; que conta com duas faculdades, um Hospital Geral público, uma Escola Técnica, e casas de classe média-baixa.¹⁰¹

“Pelas estatísticas oficiais, o bairro de Guaianazes, na Zona Leste de São Paulo, tem todas as características de um autêntico bolsão de miséria, local em que se concentram graves problemas econômicos e sociais. Lar de 286 mil moradores, espremidos numa área de 18 quilômetros quadrados - uma densidade média de 16 mil habitantes por quilômetro quadrado, quase o triplo da média da cidade -, a região ostenta índices de escolarização, renda e expectativa de vida semelhantes aos de países africanos muito pobres, como Ruanda e Nigéria.”¹⁰²

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,756 para o distrito de Guaianazes e 0,748 para o distrito de Lajeado. A média na cidade de São Paulo é de 0,783.

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:¹⁰³

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Guaianazes, que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras¹⁰⁴ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas

¹⁰⁰ <http://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/guaianazes> - consulta em 05/01/2018..

¹⁰¹ <http://www.encontraguaianazes.com.br/guaianazes> - consulta em 05/01/2018.

¹⁰² <https://novaescola.org.br/conteudo/2266/geografia-regional-por-dentro-do-bairro-de-guaianazes>.

¹⁰³ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

¹⁰⁴ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem.

O território onde está implantado o SAICA apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A execução do serviço propiciará à família atendida a possibilidade de conquistar a condição de produzir (pelo menos em parte) sua história, assim como a história coletiva do seu grupo, podendo mudar o curso de sua história.

Conforme informado, a proposta deste serviço integra a rede de proteção social especial de alta complexidade, organizada no âmbito da cidade de São Paulo sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, operacionalizada pela Supervisão de Assistência Social de Guaianazes, doravante denominada SAS- G, localizada à Rua Clarínia, 19A, e se fundamenta nas diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social – PLAS-SP - 2014/2017 e demais instrumentais de regulação de parceria.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social à criança e ao adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação

de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento Irmão Genésio, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 378/SMADS/2013 – Processo nº 2012.0.304.122.1 (vigência até 10/05/18); Termo de Colaboração 364/SMADS/2018 – Processo nº 6024.2018/0003281-9 (vigência: de 11/05/18 a 06/11/18); Termo de Colaboração 592/SMADS/2018 – Processo nº 6024.2018/000.9751-1 (vigência: de 07/11/18 a 05/05/19). A partir de 07/11/18, o atendimento foi reduzido para 15 crianças e adolescentes, seguindo determinação do Ministério Público, baseado em resolução conjunta do COMAS/CMDCA.

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.13 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0015-93 (AÇÃO SOCIAL SÃO DOMINGOS SÁVIO)

8.13.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE SÃO DOMINGOS SÁVIO

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;
- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;

- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 51 crianças e adolescentes; sendo realizados 8.683 atendimentos e servidas 26.648 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais

apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos de Acolhimento – Psicólogos	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	14	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, foram realizadas ações voluntárias com diversos parceiros não fixos.

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência distrital.

A unidade de atendimento está localizada no bairro de Itaquera, zona leste de São Paulo.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos,

visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Itaquera, composto pelos distritos de Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo e Itaquera, apresenta uma população de 523.848 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução do objeto da parceria: Itaquera



	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
Prefeitura Regional¹⁰⁵	Itaquera	14,60	204.871	14.032
	Cidade Líder	10,20	126.597	12.411
	José Bonifácio	14,10	124.122	8.803
	Parque do Carmo	15,40	68.258	4.432
	TOTAL	54,30	523.848	9.647

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,795 em Itaquera, que a coloca na 76^a posição entre os distritos da cidade¹⁰⁶.

IDH's do ano 2012

- IDH - médio: 0,795
- IDH - renda: 0,735
- IDH - longevidade: 0,743

¹⁰⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Itaquera consulta em 27/12/2017

¹⁰⁶ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquera> - consulta em 21/12/2017.

- IDH - educação: 0,908

CLASSES SOCIAIS	
A	1%
B	33%
C	58%
D	6%
E	1%

A média da idade dos cidadãos em Itaquera é 36,1 anos. Em se tratando de níveis sociais, na população do distrito há um predomínio da Classe C, pesquisa feita no ano de [2008](#) pela [Folha de São Paulo](#).

Ainda, conforme Mapa de Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo e Mapa de Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, Itaquera apresenta maior concentração de grupos de: Média privação e presença de famílias adultas (grupo 4); Alta privação e presença de famílias jovens (grupo 5); Média-baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 6); Alta privação e presença de famílias adultas (grupo 7). Em menor concentração, apresenta grupos de: Baixa privação e presença de famílias idosas (grupo 3) e Altíssima privação (grupo 8).

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experimentar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:¹⁰⁷

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Itaquera que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras¹⁰⁸ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem. Conforme dados das famílias cadastradas no CadÚnico identificam-se em todas as subprefeituras casos de pessoas com deficiência e situação de trabalho infantil. As taxas

¹⁰⁷ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

¹⁰⁸ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

de mortalidade por agressão da população, em geral, e homicídio de jovens do sexo masculino são os mais elevados da cidade, junto à Zona Sul. (VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2013).

O território onde está implantado o SCFV, conforme registros, apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A participação nas atividades desenvolvidas neste Serviço propicia aos usuários oportunidades de vivência e desenvolvimento social, por meio de atividades socioeducativas, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida e contribuindo para a garantia de direitos.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento São Domingos Sávio, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 392/SMADS/2013 – Processo nº 2012.0.294.064.8 (vigência até 30/04/18); Termo de Colaboração nº 191/SMADS/2018 – Processo nº 6024.2018/0000273-1 (vigência: de 01/05/18 até 30/04/23).

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

8.14 – CNPJ FILIAL: 61.882.395/0012-40 (AÇÃO SOCIAL LAURA VICUÑA)

8.14.1 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICA) – UNIDADE LAURA VICUÑA

▪ **Descrição da Atividade Realizada:**

Oferta de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades devem oferecer ambiente acolhedor, estão inseridas na comunidade e tem aspecto semelhante ao de uma residência, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

▪ **Metodologia Utilizada:**

A metodologia que apresentamos, afinada e aliada à Pedagogia Social, se dá por meio de um trabalho preventivo e educativo, junto à comunidade, pautada nos princípios de Dom Bosco, que se fundamenta no respeito e atendimento aos direitos inerentes a pessoa humana, na proteção integral, assegurando – se todas as oportunidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. Fundamenta-se no incentivo a formas inovadoras de atendimento, considerando as especificidades das situações, bem como de acordo com a legislação vigente.

▪ **Objetivo Geral:**

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.

▪ **Resultados:**

- Crianças e adolescentes acolhidos em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Crianças e adolescentes com acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
- Crianças e adolescentes tendo seus danos por vivências de violência e abusos reparados e/ou minimizados;
- Crianças e adolescentes com suas identidades, integridades e histórias de vidas preservadas;
- Crianças e adolescentes com possibilidades de vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Crianças e adolescentes com acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades, inserção e permanência na rede de ensino, bem como iniciação e habilitação profissional;
- Crianças e adolescentes recebendo ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Crianças e adolescentes com conhecimento sobre seus direitos e como acessá-los;

- Crianças e adolescentes com oportunidades de escolha, tomada de decisão e protagonismo;
- Crianças e adolescentes com acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Crianças e adolescentes com oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Crianças e adolescentes com acesso a espaços com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Crianças e adolescentes com acesso a alimentação em padrões nutricionais adequadas e adaptadas as necessidades específicas;
- Famílias com vínculos mais fortalecidos e possibilitando convivência sadia para seus pares.

▪ ***Dia / Horário / Periodicidade:***

O período de funcionamento é ininterrupto, sendo 24 horas diárias e 7 dias por semana.

▪ ***Forma de Acesso:***

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

▪ ***Público-alvo:***

Crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e 11 meses, em situação de risco pessoal e social, vítimas de abandono e tráfico, trabalho abusivo e maus tratos, encaminhados pelo poder judiciário.

▪ ***Quantidade de Pessoas Atendidas:***

Em 2018, foram atendidas 35 crianças e adolescentes; sendo realizados 8.263 atendimentos e servidas 27.976 refeições. Todos de forma gratuita.

▪ ***Interlocução com CRAS e CREAS:***

As normativas legais, em especial, a Resolução nº 109/CNAS/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Portaria nº 46/SMADS/2010, dispõem que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por finalidade o desenvolvimento de atividades para este público.

O serviço desenvolve, juntamente com o CRAS, a articulação com a rede de proteção social do território, na perspectiva da intersetorialidade, visando o fortalecimento familiar e a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade.

De acordo com o caderno “Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/2011)”, este serviço deve propor ações que fortaleçam os vínculos familiares e que propiciem a constituição de espaços de convivência. Para tanto, deve desenvolver ações com as famílias dos usuários, referenciando-os como coparticipes no processo de formação integral das crianças e adolescentes, possibilitando a participação e corresponsabilidade na proteção de desenvolvimento desses.

Este serviço articula-se com os demais serviços no território para uma ação integral e intersetorial, respondendo assim as necessidades da população em situação de vulnerabilidade. As atividades desenvolvidas atendem aos interesses e peculiaridades presentes no território, propiciando a participação cidadã e o desenvolvimento de competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo.

A Obra Social Dom Bosco, diante do contexto social apresentado inicialmente, percebeu a necessidade de continuar viabilizando este Serviço de modo a contribuir com a redução da ociosidade, o acesso gratuito ao desenvolvimento de aptidões artísticas, esportivas e recreativas, não deixando de lado a formação humana e social, reduzindo assim o acesso às drogas e a criminalidade em geral. O trabalho a ser desenvolvido representa o respeito às relações humanitárias, pois acreditamos na promoção da criança e do adolescente e de sua família como um todo.

Diante do exposto e perante o comprometimento desta organização social com a garantia dos direitos humanos, em especial, os preconizados e garantidos na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência - NOB/SUAS, justificamos a importância da execução deste serviço enquanto parte da Política Pública de Assistência Social de Proteção Básica; hoje, denominado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

VINCULAÇÃO DA AÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIRETRIZES NACIONAIS – LOAS, PNAS, SUAS, TIPIFICAÇÃO NACIONAL, PROTOCOLOS DE GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política pública, componente da Seguridade Social, prevista pela constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 11/93). Sua operacionalização encontra-se definida e regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS e pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS, de 2005, ano em que se iniciou o processo de implantação do SUAS no território brasileiro.

A Assistência Social está voltada à garantia de direitos sociais. Opera serviços, programa, projetos e benefícios, devendo realizar-se de forma integrada às demais políticas públicas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingência social e acesso aos direitos sociais.

Este Serviço está em permanente articulação com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS/CREAS, objetivando a resolutividade das necessidades apresentadas pelos usuários e suas respectivas famílias, além de mantê-lo informado conforme previsão dos instrumentais próprios quanto ao número de vagas disponíveis para atendimento e complementação de metas.

A partir do novo paradigma a atenção à criança e ao adolescente inaugurado pelo ECA Lei 8.069 de julho de 1990, que no seu primeiro artigo preconiza: “Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º do ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. Para a essa garantia faz-se necessária à articulação com o sistema de garantia de direitos, conhecido como SGD, para que cada um assuma sua função nesse sistema, garantindo, dessa forma, o que preconiza o ECA, ou seja, a proteção integral de crianças e adolescentes.

A implantação do Protocolo de Gestão Integrada, diretrizes apontadas pelo MDS para os serviços de proteção social, é uma estratégia importante para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais

apresentadas pelas famílias em maior situação de risco social e pessoal. Define o público prioritário da ação do CRAS na articulação com a rede socioassistencial conveniada.

Assim, o gestor do serviço e/ou técnico realiza a articulação com a rede de serviços socioassistenciais do seu território para o acesso prioritário destas famílias. Para os casos de usuários de famílias beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) que estão em descumprimento de condicionalidades na situação de suspensão, caberá: pactuar com a família, o Plano de Desenvolvimento Familiar e validá-lo com o técnico do CRAS, supervisor do serviço; fazer o acompanhamento e ao atendimento dos usuários e suas famílias; encaminhar mensalmente ao técnico de referência do CRAS, supervisor do serviço, o relatório dos adolescentes cujas famílias são beneficiárias do PBF em Descumprimento de Condicionalidades.

Já nos casos de usuários beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), as famílias deverão participar de atendimentos individualizados com a equipe de profissionais do serviço, no mínimo uma vez a cada bimestre. Esta ação visa estabelecer um espaço de troca de informações sobre o desempenho do usuário no serviço, na escola e ainda nas atividades terapêuticas que ele realiza na área da saúde, a fim de subsidiar o trabalho específico dos profissionais do serviço com o usuário e o trabalho de referência e contra transferência com a rede socioassistencial.

Considera-se também importante a intersetorialidade no desenvolvimento das intervenções, visando assegurar a atenção integral aos usuários e suas famílias, de maneira que privilegie a articulação do serviço com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

▪ **Recursos Humanos:**

Profissional	Qtde.	Carga Horária	Vínculo
Gerentes	01	40 horas semanais	CLT
Assistentes Sociais	01	30 horas semanais	CLT
Técnicos de Acolhimento – Psicólogos	01	40 horas semanais	CLT
Orientadores Socioeducativos	14	Regime de Plantão: 12 x36 (diurno e noturno)	CLT
Cozinheiras	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	02	Regime de Plantão: 12 x36	CLT
Agentes Operacionais	01	40 horas semanais	CLT

Além disto, foram realizadas ações voluntárias com diversos parceiros não fixos.

Este serviço conta com prestadores de serviço em horas técnicas para supervisão e capacitação da equipe. A contratação é feita por RPA ou emissão de nota fiscal.

▪ **Abrangência Territorial:**

Este serviço executado pela Obra Social Dom Bosco tem abrangência regional.

Esta unidade de atendimento é em Guaianases, zona leste da cidade de São Paulo.

A cidade de São Paulo segundo o IBGE tem uma população aproximada de 11 milhões de habitantes. A cidade está dividida em 32 Prefeituras Regionais, subdivididas em 96 distritos,

visando à descentralização política e garantia de investimentos, ações específicas e uma interação com as políticas setoriais.

O bairro de Guaianazes, composto pelos distritos de Lajeado e Guaianazes, apresenta uma população de 268.508 habitantes, de acordo com o Observatório Cidadão (Rede Nossa São Paulo) baseados em Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Região de execução Guaianazes

do objeto da parceria:



Prefeitura Regional ¹⁰⁹ Guaianazes	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
	Lajeado	9,20	103.996	12.093
	Guaianazes	8,60	164.512	17.882
	TOTAL	17,80	268.508	15.085

Guaianazes já foi apontado como um dos bairros mais precários da cidade, ao lado de [Jardim Ângela](#), [Grajaú](#), [Pedreira](#), [Jardim São Luís](#) e [Jardim Helena](#).¹¹⁰ Na ocasião, o distrito agrupava a região de Cidade Tiradentes, uma das regiões mais carentes da cidade. Região que, por muitos anos, fora esquecida pelas autoridades, com muitas favelas e bairros periféricos.

Segundo dados da [Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados](#) (Fundação SEADE), no ano 2010, 60,2% dos chefes de família do distrito recebiam, no máximo, três [salários-mínimos](#). Mais de 15% dos 400 mil moradores viviam em regiões invadidas ([favelas](#)), número mais alto que o município como um todo: 11%. A [taxa](#) de [analfabetismo](#) é de 7,7% quando a média da cidade é de 4,88% e as taxas de defasagem escolar também são altas, muito embora não faltem vagas nas escolas municipais da região, segundo dados da Administração.¹¹¹

As favelas representam um caso mais complexo. A maioria das ocupações irregulares data de décadas atrás e boa parte das moradias já é de [alvenaria](#). A solução seria, de acordo com a

¹⁰⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_Regional_de_Guaianazes - consulta em 05/01/2018.

¹¹⁰ Mapeamento das regiões mais vulneráveis da capital, CEM (Centro de Estudos da Metrópole) da [USP](#). 2003 - consulta em 05/01/2018.

¹¹¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guaianazes> - consulta em 05/01/2018.

subprefeitura local, regularizar os espaços, especialmente no extremo do Jardim São Paulo, Fazenda Santa Etelvina e Passagem Funda.

As condições sociais favorecem a violência. Outra pesquisa da Fundação SEADE divulgada em 2004 colocou Guaianases entre os distritos com maior número de homicídios da capital, superando 85 para cada grupo de 100 mil habitantes (Considerando-se mortos dos distritos de Cidade Tiradentes e Lajeado). A média de São Paulo ficou em 47, e os distritos menos violentos registraram números abaixo de 7 homicídios.

Segundo informações do Programa Cidades Sustentáveis¹¹², o bairro de Guaianazes apresenta:

- 6,47% de domicílios em favelas, sobre o total de domicílios da região;
- 2,71% de internações de crianças de 0 a 14 anos por causas relacionadas a possíveis agressões, por 10 mil crianças nessa faixa etária;
- 16,24% é o percentual de nascidos vivos, cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes no bairro;
- 78,1% de mortes por homicídio, na faixa etária de 15 a 29 anos, por 100 mil habitantes: 78,1%
-

A região conta com distritos mais desenvolvidos, como a região central, e o Jardim São Paulo; que conta com duas faculdades, um Hospital Geral público, uma Escola Técnica, e casas de classe média-baixa.¹¹³

“Pelas estatísticas oficiais, o bairro de Guaianases, na Zona Leste de São Paulo, tem todas as características de um autêntico bolsão de miséria, local em que se concentram graves problemas econômicos e sociais. Lar de 286 mil moradores, espremidos numa área de 18 quilômetros quadrados - uma densidade média de 16 mil habitantes por quilômetro quadrado, quase o triplo da média da cidade -, a região ostenta índices de escolarização, renda e expectativa de vida semelhantes aos de países africanos muito pobres, como Ruanda e Nigéria.”¹¹⁴

Os Indicadores sociodemográficos do censo de 2012 apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,756 para o distrito de Guaianazes e 0,748 para o distrito de Lajeado. A média na cidade de São Paulo é de 0,783.

Estes indicadores revelam questões que estão para além de sua medida específica. Do mesmo modo, a renda per capita familiar têm múltiplas implicações para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dificuldade no acesso a informações e serviços, limitações ao exercício da cidadania, interferindo diretamente nas condições de vida. Esse mesmo raciocínio se aplica a cada um dos itens analisados. Considerados em seu conjunto, e que captam uma grande diversidade de questões diretamente relacionadas à garantia dos direitos humanos.

Sabemos que as “famílias mais pobres tendem a experienciar inúmeras rupturas (corte nas trajetórias educacionais, empregos instáveis, trabalhos precários, alterações de moradias, rompimentos relacionais e outros) capazes de gerar a saída (temporária ou definitiva) de seus membros mais jovens, como no caso dos abrigamentos de crianças e adolescentes. Nessa condição, os papéis masculinos e femininos se tornam vulneráveis e realimenta-se o ciclo perverso de rupturas”. Como aponta Sarti:¹¹⁵

¹¹² <http://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/guaianases> - consulta em 05/01/2018..

¹¹³ <http://www.encontraguaianazes.com.br/guaianazes> - consulta em 05/01/2018.

¹¹⁴ <https://novaescola.org.br/conteudo/2266/geografia-regional-por-dentro-do-bairro-de-guaianazes>.

¹¹⁵ http://www.neca.org.br/images/Familias_Abrigadas_miolo.pdf

... as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 28).

Na região de Guaianazes, que compõem a Região Leste 2, onde têm subprefeituras¹¹⁶ com taxas de vulnerabilidade social acima da média da cidade, com as maiores proporções de áreas subnormais, a renda é um dos principais indicadores de fragilidade da população. A maior parcela da população é jovem.

O território onde está implantado o SAICA apresenta famílias em situações de alta vulnerabilidade. A execução do serviço propiciará à família atendida a possibilidade de conquistar a condição de produzir (pelo menos em parte) sua história, assim como a história coletiva do seu grupo, podendo mudar o curso de sua história.

Conforme informado, a proposta deste serviço integra a rede de proteção social especial de alta complexidade, organizada no âmbito da cidade de São Paulo sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, operacionalizada pela Supervisão de Assistência Social de Guaianazes, doravante denominada SAS- G, localizada à Rua Clarínia, 19A, e se fundamenta nas diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social – PLAS-SP - 2014/2017 e demais instrumentais de regulação de parceria.

A continuidade deste Serviço é de suma importância para o bairro, considerando a realidade populacional, bem como a demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apresentada na área de abrangência do CRAS – Itaquera e demais regiões da Zona Leste da cidade, uma vez que o objetivo do trabalho é oferecer proteção social à criança e ao adolescente, em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

▪ ***Forma de Participação dos usuários e/ou estratégias utilizadas nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento das atividades:***

Os representantes dos usuários e seus familiares, quando possível, compõem o Conselho Consultivo da Comunidade Socioeducativa, colaboram com o planejamento e avaliação de estratégias de atuação da organização.

O serviço oferece atendimento personalizado, em pequenos grupos e em regime de coparticipação. Os usuários participam na construção da rotina diária, das discussões das regras e dos limites de convivência.

O sistema de monitoramento é contínuo com as crianças e os adolescentes por meio da realização de rodas de conversa e diálogos individuais. Utiliza-se, ainda, método de observação durante todas as atividades desenvolvidas com a presença e/ou participação dos atendidos e seus familiares.

¹¹⁶ Atuais Prefeituras Regionais da cidade de São Paulo.

Obstante a isso, há avaliação conjunta com a participação de profissionais especializados da área da saúde, instituições educacionais, entre outros, por meio de reuniões específicas e entrevistas que se fizerem necessárias no decorrer do trabalho.

Também são subsídios de monitoramento e avaliação do trabalho, os relatórios enviados as Varas da Infância e Juventude; reuniões com equipes de trabalho; entrevistas e visitas domiciliares.

Mensalmente, ocorrem encontros de capacitação continuada da Equipe de Trabalho, com profissionais específicos a fim promover o desenvolvimento da ação socioassistencial. Do mesmo modo, ocorreram reuniões com os usuários e suas famílias, quando possível, bem como aplicação de instrumentais específicos, para mensurar a qualidade do atendimento realizado e coletar sugestões para a melhoria do mesmo.

Toda a ação da Obra Social Dom Bosco busca a articulação regional, sendo esse procedimento, inclusive, um eixo do Plano Estratégico.

▪ ***Origem dos Recursos (destacar se existe cobrança dos participantes atendidos e despesas das atividades):***

Convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Órgão do Poder Executivo Municipal, a seguir:

- Casa de Acolhimento Laura Vicuña, para atendimento de 20 crianças e adolescentes – Termo de Convênio nº 309/SMADS/2013 – Processo nº 2013.0.004.059.5 (vigência até 31/03/18); Termo de Colaboração nº 105/SMADS/2013 – Processo nº 6024.2017/0002908-5 (vigência: de 01/04/18 até 31/03/23).

Observação: na época das frentes frias, o convênio é aditado para 22 crianças e adolescentes, conforme demanda e solicitação do CREAS.

Endossamos que não há e/ou houve cobrança de pagamentos dos participantes atendidos. Os atendimentos são 100% gratuitos.

Outros Recursos:

Parceria com a Don Bosco Mission (BSP 14-150), da Alemanha, para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização dos SAICAs – com atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos.

Recursos financeiros advindos de doações, tanto de pessoas jurídicas como pessoas físicas, por meio de depósitos em conta corrente bancária específica.

Recursos advindos de bazares e ações entre amigos.

IX) VINCULAÇÃO COM O SUAS

9.1 – ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Os serviços e programas realizados pela Obra Social Dom Bosco, têm abrangência territorial municipal (São Paulo), sendo priorizado o atendimento local, de acordo com o CRAS / CREAS de abrangência (Itaquera ou Guaianases). Embora haja procura de interessados de municípios vizinhos como Poá, Ferraz, Suzano e outros, só são atendidos quando há disponibilidade de vagas; nos programas, não há limitação.

9.2 - DEMONSTRAÇÃO DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS E/OU ESTRATÉGIAS QUE FORAM UTILIZADAS EM TODAS AS ETAPAS DO PLANO: ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Visando transparência e qualidade dos serviços e atividades aqui desenvolvidas, a entidade estabeleceu mecanismos de avaliação dos mesmos, envolvendo todos os interessados como a comunidade, os beneficiários diretos e indiretos, equipe executora e os parceiros.

Diariamente, os usuários participam da avaliação sistemática das atividades, com possibilidade de apresentação de sugestões para a melhoria do trabalho. Além de existir a aplicação eventual de instrumentais próprios de avaliação para educandos, ex-educandos, funcionários e familiares; cujos resultados são amplamente divulgados e discutidos com toda a comunidade educativa.

No ano de 2018, formamos vínculos com os outros atores da rede social, o que contribuiu, juntamente com o gestor municipal de Assistência Social, com o mapeamento e a organização da rede socioassistencial de proteção básica e a promoção e inserção das famílias nos serviços de assistência social local, além de ter promovido o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visaram a sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social.

Dessa forma, buscou-se afastar a visão assistencialista e consolidar a promoção humana por meio de estratégias sociais que pressuponham a competência e o profissionalismo; além da realização de diversos eventos, como: Festa das Mães, Festa Julina, Festa das Nações, Festa da Família e outros que aglutinaram cada um mais de três mil participantes nos finais de semana, envolvendo toda a comunidade educativa na preparação e execução dos mesmos.

Levando-se em conta a relação de representatividade da entidade com o público beneficiário das atividades e serviços aqui desenvolvidos, para a implantação dos mesmos foram realizados estudos e pesquisas, levantamento das demandas e das necessidades desse público, bem como a caracterização de perfil dos beneficiários.

A partir daí, foram sendo criados espaços para que o público alvo participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades.

Realizamos reuniões sistemáticas mensais com participação de todos os colaboradores (apoio, gerência e educadores), para avaliação e planejamento visando à melhoria da qualidade do

atendimento. Além de reuniões extraordinárias conforme a necessidade de cada núcleo e da Obra Social como um todo.

O trabalho desenvolvido fortaleceu-se por meio de parcerias com a comunidade, funcionários, colaboradores, universidades e empresas privadas dos mais diversos segmentos. O Governo Federal, o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo, por meio de suas Secretarias e Ministérios, são ou foram grandes parceiros em diversos serviços e programas.

A influência da Obra Social Dom Bosco, é notória, desde pequenas ações como festas e movimentos de férias, até grandes ações como a sua participação na efetivação da construção de um hospital, posto de saúde, asfaltamento no bairro, extensão da Radial Leste (principal via de acesso da região), parcerias com escolas públicas, acesso viário, formulação de Políticas Públicas, entre outras.

A visita constante de representantes de governos internacionais à entidade, quando em visita ao Brasil para conhecer ações sociais, como o Prêmio Nobel da Paz Dom Ximenez Belo e o governo do Canadá, Alemanha, México, Suíça e África do Sul, atestam cada vez mais a qualidade de trabalho e sua importância para o bairro, a região, o estado e o país. Evidência esta, agraciada pela colocação do nome da entidade e de seu fundador na estação Metrô-CPTM do bairro, Estação Dom Bosco, inaugurada em maio de 2000; pelo recebimento do Prêmio Bem Eficiente 2001, da fundação Kanitz & Associados, ficando entre as 50 melhores entidades filantrópicas do Brasil, estando em quinto lugar na área de atendimento à juventude no ano 2002; pelo Prêmio Paulo Freire de Pedagogia, conferido pela Associação Brasileira de Pedagogia em 2002. Além da parceria, divulgação e apoio obtido nos anos de 2001 a 2008 da mídia, com as Redes televisivas e radiofônicas (Bandeirantes, Globo, CBN e Eldorado). Em 2011, recebeu a Salva de Prata da Câmara Municipal de Vereadores, maior honraria desta instituição, pelos trinta anos de trabalho social na Cidade. Além de termos recebido mais uma vez o Selo Voluntariado conferido pelo Centro de Voluntariado de São Paulo, em reconhecimento à nossa boa prática junto aos voluntários.

A participação se deu também em diversos fóruns no bairro, na região, na cidade e no estado de São Paulo, entre eles: Fórum de Assistência Social, Fórum do Idoso e outros.

Na Zona Leste da Cidade de São Paulo, a Obra Social Dom Bosco teve um papel muito importante, ao participar efetivamente das seguintes ações:

- ✓ Desenvolvimento de diversas ações socioeducativas, atendendo diariamente mais de 4000 crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Totalizando mais de 25 milhões de atendimentos e 50 milhões de refeições servidas.
- ✓ Contribuição no diagnóstico, formulação e implementação de políticas públicas para a criança, o adolescente, o jovem e o idoso:
 - Estatuto da Criança e do Adolescente,
 - Estatuto do Idoso,
 - Lei Orgânica da Assistência Social,
 - Conselhos de Direitos e de Assistência Social.
- ✓ Participação efetiva nos movimentos de saúde, habitação e educação que resultaram na:
 - Construção de um Hospital Municipal e postos de saúde no bairro de Itaquera.
 - Construção de centenas de moradias populares,
 - USP Leste,
 - Articulações para a vinda da Universidade e Instituto Federal para Itaquera,

- Articulação para que Itaquera fosse escolhida como sede para a abertura da Copa do Mundo, bem como todo beneficiamento no entorno do mesmo.
- ✓ Liderança na mobilização para a construção de obras públicas de grande importância para o desenvolvimento regional:
 - Extensão da Radial Leste até Guaianases e interligação da mesma com a Marginal Tietê,
 - Interligação da Av. Jacu Pêssego com a Estrada Ayrton Senna,
 - Asfaltamento e canalização de vias públicas do bairro de Itaquera,
 - Sistema Viário e Polo Tecnológico em torno do novo Estádio que sediou a abertura da Copa do Mundo.
- ✓ Ações efetivas no combate à violência, envolvendo diversas lideranças e setores da sociedade no “Movimento pela Paz na Zona Leste”.

A entidade sempre procura promover a diversidade, e no exercício que findou o fez por meio das seguintes atuações:

- ✓ Valorizamos a cultura afro-brasileira por meio de diversas atividades culturais, entre elas a Capoeira e a Escola de Samba, além de realizarmos anualmente nos diversos núcleos a Semana de Consciência Negra.
- ✓ Os deficientes são inseridos nas diversas atividades existentes, de acordo com as suas possibilidades.
- ✓ A diversidade é valorizada constantemente por meio de atividades culturais e de formação humana desenvolvidas em todos os núcleos cotidianamente, além da inserção de todos esses segmentos nos diversos serviços sem discriminação.
- ✓ Valorização da mulher, contando com aproximadamente 70% de trabalhadoras do sexo feminino, sendo a maioria também nos cargos de gestão, sem diferenciação salarial.

As atividades e serviços realizados pela entidade atingiram toda a população de baixa renda não só da localidade em que está inserida como também a de bairros adjacentes.

Além disso, as atividades e serviços realizados pela entidade, também atingiram beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, sociabilidade, identidades estigmatizadas, exclusão pela pobreza e/ou acesso às demais políticas públicas, vítimas de violência e outros).

EVENTOS ESPECIAIS 2018

Em fevereiro, comemoramos com muito ritmo e alegria, ao desfilar no Anhembi o enredo: "Bem-Aventurados os Homens e Mulheres de Boa Vontade". O Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Dom Bosco manteve-se no Grupo 1 da União das Escolas de Samba de São Paulo.

Em março, realizamos a IV Semana da Mulher, com palestras e atividades diversas para a conscientização e valorização da mulher.

Em abril, comemoramos junto com a Associação Beneficente Bom Pastor, o padroeiro da mesma, com a participação especial dos Centros para Crianças e Adolescentes, visto que o CCA Bom Pastor ocupa o espaço desta Associação. Foram realizadas apresentações artísticas dos quatro CCAs e foi servido um delicioso almoço para todos os presentes, inclusive para as famílias dos usuários.

Em maio, realizamos a Gincana da Solidariedade envolvendo todos os usuários da Obra, com o objetivo de propiciar a integração entre os mesmos e conscientizá-los sobre a responsabilidade

socioambiental e a solidariedade. Nesta gincana foram arrecadados diversos itens como: cobertores, garrafas pet, latas de alumínio, alimentos, fraldas geriátricas, entre outros. Todos os itens foram doados para associações da região.

No mesmo mês realizamos a Festa das Mães com diversas apresentações culturais e artísticas.

Em junho, realizamos a tradicional Festa Junina.

Em julho, realizamos a formatura do CEDESP.

Em agosto, comemoramos o aniversário de Dom Bosco com inúmeras atividades.

Em setembro, realizamos o Concurso de Bandas e Fanfarras, envolvendo toda a comunidade educativa e comemoramos o dia do Educador Social recepcionando os funcionários das associações que compõem a Rede Salesiana Brasil de Ação Social do Estado de São Paulo, para formação e troca de experiências.

Em outubro, foi celebrado o dia das crianças em todas as unidades que atendem esta faixa etária. Nos SAICAs tivemos festas organizadas por parceiros diversos. Neste mês, realizamos uma atividade externa com todos os funcionários, na nossa unidade na Cidade do Guarujá, visando à integração da equipe e o desenvolvimento da educação e consciência socioambiental.

No mês de novembro, realizamos a Festa das Nações.

No mês de dezembro, realizamos o III Espetáculo Circense e, ao longo do mês, foram feitas diversas celebrações de encerramento do ano e todas as crianças foram agraciadas com uma sacolinha de Natal, graças aos inúmeros padrinhos-parceiros. As famílias mais carentes também foram contempladas com uma cesta básica.

Ao longo de todo ano, realizamos e participamos de diversas apresentações, torneios e campeonatos, além de levarmos os usuários para participarem de diversas atividades externas, como passeios, feiras e exposições.

PARCERIA INTERNACIONAL

Demos continuidade ao curso de Mecatrônica, com a parceria da Alemanha, visando qualificar os usuários ainda mais, possibilitando a melhor reinserção social dos mesmos.

Além deste projeto, foi dada continuidade ao financiamento do Projeto Revitalização do SAICA que prevê o atendimento psicológico e psicopedagógico das crianças e adolescentes acolhidos, com profissionais autônomos devidamente qualificados e contratados para esta finalidade.

CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS COLABORADORES

No mês de março de 2009, formalizamos a existência do Programa de Capacitação Continuada, contando com a presença de nossos colaboradores e parceiros atuais. Esse Programa é fruto de um trabalho contínuo e que já vem sendo realizado há anos.

No processo de Planejamento Estratégico, detectamos a necessidade de maior investimento na qualificação de nossos colaboradores. Dessa forma, ao longo dos últimos anos formalizamos diversas parcerias que propiciaram o cumprimento do objetivo do eixo estratégico “Comprometimento e Qualificação dos Educadores”: fortalecer o envolvimento dos colaboradores (funcionários) nas ações educativas e capacitá-los continuamente, visando o desenvolvimento e a melhoria da qualidade dos atendimentos.

O Programa de Capacitação Continuada prima pela capacitação de todos os colaboradores, de modo a garantir atendimento de qualidade, afinado às tendências e exigências das normas e leis que regem o desenvolvimento de ações sociais e de atenção à criança e ao adolescente.

Nesse sentido o Programa, por meio de parcerias financiadoras, estimula a constante atualização de seus educadores possibilitando a participação em cursos livres, de nível técnico e superior.

A Obra Social Dom Bosco tem motivado intensamente a qualificação de seus colaboradores possibilitando a manutenção de suas funções dentro da instituição, de acordo com o que é previsto na NOB RH / SUAS e conseqüente normatização dos serviços no município; isto gera maior qualificação do trabalho desenvolvido junto à população e, sobretudo, a aquisição de conhecimento, indispensável à sobrevivência humana na atualidade.

Consideramos que esse Programa, já descrito anteriormente, proporciona a elevação constante da qualidade do trabalho desenvolvido, bem como propicia aos seus financiadores a satisfação da co-responsabilidade pelos benefícios oferecidos a uma sociedade que clama por justiça, humanização e igualdade.

As metas para esse Programa são:

- todos os colaboradores do apoio com Ensino Médio completo;
- todos os colaboradores do trabalho social (orientadores diretos) e da equipe administrativa com Ensino Superior Completo;
- todos os colaboradores da equipe de gestão e técnica com pós-graduação.

Esta meta vem sendo cumprida em ritmo bastante acelerado, significativo e contínuo.

Com todo esse processo de capacitação e avaliação continuada, acreditamos estar cumprindo de forma eficiente e eficaz todos os objetivos propostos pela organização nas Audiências Públicas para celebração dos convênios existentes e, acima de tudo, possibilitando uma melhor qualidade nas ações desenvolvidas por todos os nossos colaboradores em prol dos usuários e suas famílias.

Finalizamos o ano tendo atendido 14.842 pessoas, realizado 1.044.762 atendimentos e servido 1.832.550 refeições, com 386 funcionários e 114 voluntários, além de diversos parceiros e prestadores de serviço.

São Paulo, 15 de março de 2019.

P. Rosalvino Morán Viñayo
Diretor Presidente